

Maurizio Lazzarato

O governo das desigualdades
Crítica da insegurança neoliberal

Tradução

Ana Bigotte Vieira, João Paulo Esteves da Silva, Francisca Andrade, Miguel Castro Caldas, Nuno Leão, Pedro Cerejo, Rui Teigão, Sónia Gabriel

Coordenação da tradução

Ana Bigotte Vieira, Miguel Castro Caldas, Nuno Leão

Revisão e uniformização

Nuno Leão

Design Gráfico

Giah Lim

Imagem da capa

Isabel Brison

Agradecimentos

André Dias, Cathleen Tseng, Frederico Ágoas, Inês Barros, Isabel Brison, Jorge Ramos do Ó, José Nuno Matos, Maurizzio Lazzarato, Marta Brito, Natsuko Sasaki, Luís Damásio

“Rememoremos então alguns factos concretos. Na sequência da entrevista da ministra ao Público de 25/06/08, anunciando os cortes, houve uma imediata reacção da Plataforma do Cinema, logo seguida de representantes doutros sectores, constituindo-se uma Plataforma das Artes – motivado pelas circunstâncias desastrosas, o facto é ainda assim de um relevo particular, que importa assinalar, o de pela primeira vez a “comunidade artística” em Portugal ter reagido colectivamente. A agitação foi de tal ordem que o governo acabou por recuar (...). Foram assim anulados os previstos cortes de 10% no financiamento dos projectos deste ano, e desactivadas 7,5% das verbas do PIDDAC, o corte passando assim de 20% para 12,5%. Uma vitória do sector cultural? Simbolicamente sem dúvida, e esse facto há também que registá-lo. Mas na prática as coisas são bem mais complexas...”

O Buraco Negro, texto de Augusto Seabra publicado em http://www.artecapital.net/estado_arte.php?ref=19,

DE UMA TRADUÇÃO FEITA A MUITAS MÃOS

Quando em Junho se constituiu a Plataforma das Artes reapareceu-nos uma vontade já antiga de, em conjunto, discutirmos questões que sentimos como estruturantes do nosso dia a dia: questões de emprego, de desemprego e de trabalho em geral, mas sobretudo questões de como vivemos a vida e de como nos pensamos (e vamos tendo ou não tendo de nos pensar a nós mesmos) em função dessa vida.

Questões que têm a ver, sim, com o trabalho nas artes ou no sector da cultura mas que também nos parecem ser maiores do que isso e achamos que não devem, por isso mesmo, ser reduzidas a “isso” apenas. E isto até por motivos estratégicos: bem pequenas, isoladas (e só “de gestão”!) ficam as actuais questões “das artes” e “da cultura” se não as tentarmos entender à luz mais ampla de uma deriva geral do trabalho em direcção à produção imaterial, um seu alargamento a todas as esferas da existência, o modo como é solicitado a cada trabalhador um

investimento activo (em imaginação, inventividade, virtuosismo - características que antes pareciam caracterizar sobretudo o trabalho artístico e académico) na produção de si como um “empresário de si mesmo”.

E como pensar a subtil confusão entre “arte” e “cultura” com as noções vagas e aparentemente complexas de “criatividade” ou de “cidades criativas” tão em voga hoje em dia (noções essas que, mais do que nos parecerem corresponder a uma potencial de livre expressão dos indivíduos, nos parecem conter em si novas e menos transparentes tecnologias de gestão)? E como entender a aparente extrema desigualdade que atravessa o trabalho em geral (e o trabalho “cultural” em particular) de maneira a poder encontrar um terreno comum de união? E como fazê-lo sem que se esteja a contribuir para o isolamento dos artistas no seu “mundo”, separando-os ainda mais do todo da sociedade?¹

1 E quem não se lembra, por exemplo, do artigo de José Pacheco Pereira e de como este propositadamente se queixava dos “artistas” que fizeram a ministra recuar com os cortes anunciados em Junho, apresentando-os como pertencendo a um dos “mundos menos conhecidos e escrutinados da vida pública portuguesa”, isto é, remetendo-os para um lugar marginal cuja influência na sociedade apenas se deveria “à capacidade que têm de influenciar os media a favor das suas causas, (...) porque o seu lugar é central em certas “indústrias culturais”, a que os media estão associados”. De facto, é na suposta diferença e irredutibilidade dos “artistas” e das suas “criações” em relação ao resto da sociedade que grande parte do debate em torno da recente criação da Plataforma das Artes se tem jogado, seja para afirmar uma diferença irredutível que resultaria do carácter “obscuro” das suas práticas, seja para afirmar uma diferença apenas passível de ser compreendida mediante mais educação e esclarecimento, ou seja, por iniciados ou, pelo menos, por uma classe média mais esclarecida. Como encontrar, então, uma especificidade da actividade artística (e uma sua possível acção colectiva) sem contribuir para construir uma sua imagem como mundo aparte, esfera separada? Como o fazer sem possibilitar a justificação não só de opiniões como a acima referida, como as próprias palavras da Ministra ao afirmar pretender apoiar menos mas “melhores” artistas (apenas os já consagrados ou conhecidos), como se houvesse “demasiados artistas”, como se não fosse necessário um meio criativo fértil, composto por uma grande diversidade de práticas e de propostas para a criação poder ter lugar?

Foi porque todas estas questões se nos colocam, porque, de algum modo, queríamos contribuir para um debate que nos parece estar a precisar de novas palavras e de novas maneiras de colocar os problemas - um velho debate que hoje toma novas formas e que, como tal, nos pode ajudar a formar novos e mais precisos termos para lhes dar resposta - que decidimos traduzir este livro.

Traduzimo-lo voluntaria e colectivamente a muitas mãos e ainda não acabámos definitivamente de o rever, ainda não lhe fechámos definitivamente a paginação, antes decidimos divulgá-lo agora, que nos pareceu ser altura. Assim, é uma tradução de trabalho o que aqui apresentamos: tradução de trabalho de um livro escrito, ele mesmo, no decorrer de um conflito (o conflito dos intermitentes em França entre 2004 e 2005), livro instrumento do próprio conflito, tradução de trabalho de um livro de trabalho em suma. Esperemos que a sua leitura possa contribuir para o debate!

Os tradutores

Na realidade, tanto na opinião de Pacheco Pereira como nas preocupações da actual Ministra da Cultura o que parece estar em causa é a separação entre os artistas-com-aspas, os artistas-sem-aspas e a gente “vulgar”. É da discriminação dos artistas em categorias afins às atribuições de verbas (instalando neles uma feroz competitividade interna), e da implementação na sociedade de uma desconfiança face à sua existência (como grupo aparte, “os artistas”) que se trata.

INTRODUÇÃO¹

Este livro foi construído a partir de uma experiência, de uma experimentação: um inquérito elaborado e conduzido por um colectivo de investigadores e não-investigadores (intermitentes e precários), sobre as condições de trabalho, de emprego e de desemprego dos intermitentes do espectáculo, entre Setembro de 2004 e Novembro de 2005, durante o decorrer do conflito. O método e os objectivos que nos orientaram eram essencialmente socioeconómicos, e se os resultados que obtivemos (e compilámos num livro²) são importantes, são também limitados. Este livro resulta, portanto, da necessidade de lançar sobre esse processo um olhar ligeiramente distanciado – distanciado em relação às próprias hipóteses em que o inquérito assenta – tendo em conta que a grelha socioeconómica de análise das práticas de emprego, de trabalho e de desemprego dos intermitentes deixa passar demasiadas coisas por entre a sua malha. Os «efeitos de poder» dos dispositivos económicos e sociais (do salariado e dos mecanismos do Estado-providência sobre a subjectividade), os efeitos de poder das práticas discursivas (do meio académico e científico, dos peritos e dos media que acompanharam e marcaram o passo do desenrolar do conflito), a complexidade das modalidades de sujeição das políticas neoliberais e dos processos de subjectivação do conflito, os constrangimentos e as liberdades que o governo das desigualdades inclui, tudo isso só aparece em linhas ténues na análise sócio-económica. Para tentar reter aquilo que a grelha socioeconómica deixa

1 A maior parte das hipóteses avançadas neste livro foram objecto de discussões levadas a cabo na Université Ouverte organizada pela Coordenação dos intermitentes e precários da Île-de-France ao longo de 2006-2007. Tendo na altura sido publicadas em texto com o título «Nós lemos o neoliberalismo», o seu fio condutor foi a obra de Michel Foucault *Naissance de la biopolitique*. Eu sou o único responsável pela redacção do actual texto.

2 Antonella Corsani e Maurizio Lazzarato, *Intermittents et Précaires*, Éditions Amsterdam, Paris, 2008.

escapar, procurámos integrar outras abordagens na análise deste conflito – abordagens elaboradas no decurso dos anos de 1960 e 1970 por Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, e cuja pertinência política e fecundidade heurística ainda não foi bem medida e explorada pela crítica social.

Estes dois livros (o primeiro construído em torno do inquérito, e este), estas abordagens diferentes dos mesmos acontecimentos, testemunham de uma dificuldade teórica que é também, de facto, um impasse político. No contexto da «grande transformação» que estamos a viver, estes dois livros trazem à luz a dificuldade em combinar a análise dos modos de intervenção e de organização baseados nos grandes dualismos do capital e do trabalho, da economia e do político, com a análise e os modos de intervenção e organização experimentados a partir dos anos de 68, que assentam numa lógica da multiplicidade e da diferença, e que actuam por baixo, transversalmente e ao lado dos ditos grandes dualismos.

E ao mesmo tempo que o fazem, eles gostariam também de ajudar a desenhar e a desenvolver algumas pistas no sentido de se fazer frente à impotência de que esta dificuldade é a causa.

O *Governo das desigualdades* regressa então ao conflito dos intermitentes do espectáculo que teve lugar em França entre Junho de 2003 e Abril de 2007, para através dele analisar a mudança de paradigma do capitalismo que estamos a viver. Ao longo da análise, vão sendo reveladas as formas de descontinuidade e de ruptura que é necessário imaginar para, ao actual presente do domínio e da exploração, se opor um outro agitado pela criação de novas possibilidades.

Para empregar uma distinção de Michel Foucault³, a força de trabalho flexível e precária dos intermitentes assemelha-se menos a uma «multiplicidade pouco numerosa» (operários, doentes, estudantes, etc.) que poderíamos, através de técnicas disciplinares (isto é, a organização «muda» dos movimentos e

3 Michel Foucault, *Sécurité, territoire et population. Cours de 1977-1978*, Seuil-Gallimard, Paris, 2004.

das acções do corpo individual e colectivo no espaço celular), quadricular dentro de um «espaço fechado» (da fábrica, da escola, do hospital, etc.), do que a uma «multiplicidade em movimento», uma «população flutuante», que não pode ser controlada directamente pelas disciplinas de oficina. Esta «população flutuante» não é, longe disso, uma especificidade do mercado do trabalho cultural; estamos antes perante uma característica daquilo a que Michel Foucault, no mesmo livro, designou por «sociedades securitárias». Nestas condições, que são as de um mercado de trabalho flexível e precarizado como é o do emprego no sector da cultura – onde os indivíduos passam de um emprego a outro, mudando a cada vez de empregador – o governo dos comportamentos e a produção da sujeição não podem ser exercidos a partir do espaço fechado das instituições disciplinares: devem sê-lo no espaço aberto da mobilidade, por uma modulação da precariedade e da insegurança.

É, então, para estabelecer esta nova governamentalidade, regulada fora dos muros da empresa através de uma política social que favorece a proliferação e a modulação das desigualdades, que o subsídio de desemprego surge entre as primeiras preocupações do programa político do patronato francês (a dita «refundação social»). É, com efeito, a indemnização do desemprego que, nesse espaço aberto, se torna o vector e o dispositivo principal de criação e de modulação das desigualdades, permitindo governar a mobilidade e as condutas dos assalariados. Os iniciadores da «reforma» do regime de subsídio de desemprego dos intermitentes (patronato, governo e CFDT⁴) tinham, assim, em vista instalar um sistema que servisse de instrumento de diferenciação desigual e de individualização da força de trabalho cultural.

É que o subsídio de desemprego dos intermitentes, protegendo melhor do que o de outras categorias também sujeitas aos “riscos” inerentes à descontinuidade do trabalho e à variabilidade das remunerações, ameaça tornar-se uma causa e

4 *Confédération française démocratique du travail*. (N. do T.)

um objectivo de luta para outros “precários”. Desde 1992, as coordenações de intermitentes pretendiam a sua “reforma” e pensavam em estendê-la a todas as actividades precárias, como questão social e política capaz de responder à lógica neoliberal de reestruturação e flexibilização do mercado de trabalho. Na lógica das coordenações, o regime de subsídio de desemprego da intermitência podia servir como base para repensar e experimentar novos direitos sociais para todos os “precários”, que as políticas de “pleno emprego” estavam longe de garantir. A “reforma” neoliberal do subsídio de desemprego contou com forte resistência por parte dos intermitentes. Porque, no caso deles, a transformação do sentido e das finalidades do sistema de indemnização pelos próprios interessados é conseguida. A economia flexível é, na realidade, caracterizada por uma disjunção crescente entre trabalho e emprego, particularmente sensível no caso dos intermitentes: a duração (em tempo - horas) do emprego descreve apenas parcialmente as exigências do trabalho real. O tempo de emprego cobre e paga, portanto, apenas parcialmente as práticas de “trabalho” dos intermitentes (a formação, a aprendizagem, as modalidades da cooperação e da circulação dos saberes e das competências, o descanso e os tempos livres como condições da actividade, etc.); e o desemprego não se reduz a um tempo sem actividade, já que uma parte do que aqui chamámos “trabalho” passa também pelo desemprego. Nestas condições, o subsídio de desemprego garante a continuidade dos rendimentos e dos direitos que permitem produzir e reproduzir a sobreposição destas práticas e destas temporalidades, sem que os “riscos” desta combinação de temporalidades estejam completamente a cargo do assalariado. Longe de se limitarem a cobrir os riscos da perda de emprego, na prática, os subsídios de desemprego são assim utilizados pelos intermitentes como “financiamento” das suas actividades e das suas formas de vida. Mediante um desvio estratégico, os subsídios de desemprego foram então transformados num “investimento social” que permite capturar e gerir as diversas temporalidades da actividade (tempo do emprego, tempo do trabalho, tempo do desemprego,

tempo da “vida”), escapando às leis e às normas do código do trabalho e da Segurança social, e que inverte a lógica de governo neoliberal sobre o terreno, precisamente, da mobilidade e da flexibilidade. O alcance económico-político do conflito mede-se pela capacidade de invenção e construção de práticas atacando, no mesmo plano, a mobilidade e a flexibilidade.

Como dissemos antes, podemos então utilizar este conflito para analisar as condições de produção e reprodução do mercado do trabalho flexível (e do “desemprego” que lhe corresponde), e revelar as novas formas de sujeição, e as modalidades de recusa, de luta e de subjectivação política que essa produção implica.

Porque razão partir do conflito, mais do que da análise do modo de produção (patrimonial, flexível, cognitivo, cultural, etc.), da sociologia das classes sociais ou dos dispositivos de poder? Porque o conflito é simultaneamente interno e externo à dominação e à exploração que se exercem através do governo das desigualdades: sendo determinado por estas, ao mesmo tempo liberta-se, desprende-se delas. As suas causas encontram-se certamente nas relações de poder, mas o conflito ao suspender, pelo menos parcial e temporariamente, os papéis e as funções que nos são por norma atribuídos, através da descontinuidade que introduz na história e na subjectividade, desvia-se, afasta-se delas. O conflito vem da história e nela recai, e neste movimento descobre uma temporalidade e um espaço propícios a invenções políticas inéditas. Forçando os “governados” a tomar partido e a posicionar-se por relação a outras forças políticas, solicitando o seu poder de agir e tornando-os responsáveis pelo decorrer da situação, permite problematizar a natureza das relações de poder e suscita processos de produção de subjectividade imprevisíveis. Mas a natureza e as modalidades do conflito, como a natureza e as modalidades de expressão do elemento subjectivo que o conduz, mudaram profundamente. Esta mudança levanta, hoje, novas questões políticas. Através da luta dos intermitentes, podemos recuperar alguns traços característicos destas transformações e problematizá-los. Por um lado, o governo neoliberal da sociedade favorece a multiplicação das diferenças (de estatuto, de

rendimento, de formação na gestão do mercado de trabalho, da pobreza, do desemprego, da precariedade, etc.), e converte esta multiplicação em modulação e optimização das desigualdades. E ao mesmo tempo, integrando um mesmo dispositivo micro e macropolítico de governo das condutas, favorece a reprodução de grandes divisões binárias (a separação entre capital e trabalho, emprego e desemprego, inclusão e exclusão, etc.). Por outro lado, o próprio conflito e as operações que as subjectividades exercem sobre as relações de poder, sobre as normas, as leis, as regras, os papéis e as funções atribuídos aos intermitentes, desdobram-se em acções “molares”⁵ de confronto aberto com os diferentes dispositivos de poder, e em comportamentos “moleculares” de fuga, de desvio e de estratégia que convergem num processo de reconversão da subjectividade (“acção sobre si”). É, portanto, *impossível* separar a revolução política da revolução do sensível, a ética da política, a construção de um sujeito político dos processos de transformação de si.

MICHEL FOUCAULT, NO ÂMAGO DO CONFLITO DOS INTERMITENTES E DA TRANSFORMAÇÃO NEOLIBERAL DA SOCIEDADE

5 O que cobrem os conceitos de molar e de molecular? O “agenciamento” molar é um corte espaço-temporal, uma distribuição dicotómica dos possíveis (as disjunções exclusivas emprego – desemprego, trabalho – lazer, intelectual – manual, masculino – feminino, especialista – profano, heterossexual – homossexual, etc.). Caracteriza-se não apenas pelo seu lado assimétrico e reprodutor, mas também pela excessiva estreiteza de opções que propõe. O molar está na origem daquilo que Deleuze e Guattari chamam uma “segmentaridade dura”, uma segmentaridade dicotómica. O molecular, pelo contrário, escapa a estes tipos de segmentaridade, esquivando-se às suas atribuições, agitando e fazendo vacilar os dualismos que as organizam, e gerando uma nova distribuição dos possíveis. Constitui aquilo que Deleuze e Guattari chamam uma “segmentaridade flexível”, uma segmentaridade diferencial. O molar, ou maior, consiste em estados que reproduzem uma situação fixando os possíveis em dualismos; o molecular, ou menor, consiste em devires que pluralizam os possíveis.

Através do conflito dos intermitentes tivemos a “oportunidade” de assistir à génese de um mercado competitivo, na medida em que o que está em causa no conflito é precisamente a introdução da concorrência na generalidade do sector.

Para descrever as modalidades de formação e funcionamento do mercado de trabalho cultural, seguiremos as indicações dadas por Michel Foucault num dos seus seminários, *Naissance de la Biopolitique*⁶, já que os conceitos e os argumentos que aí são desenvolvidos se encontram, por um estranho concurso de circunstâncias, no âmago do conflito dos intermitentes. A reestruturação do seu regime de subsídio de desemprego é a última parte do plano da “refundação social” preconizado pelo patronato. François Ewald, aluno e editor dos escritos póstumos de Foucault é, com Denis Kessler, o antigo número dois do MEDEF⁷, simultaneamente o promotor e a garantia intelectual do projecto patronal que, directa ou indirectamente, se inspira claramente nestes cursos de Foucault sobre o neoliberalismo.

Para começar a questionar o trabalho de Foucault nesta perspectiva, podemos-nos colocar duas questões que tocam tanto o que está essencialmente em causa no conflito como o eixo maior que atravessa o projecto de reforma dos padrões⁸. Porque é que a constituição do mercado de trabalho da indústria cultural passa pela gestão de “políticas sociais”? Porque é que esbarra num problema de subsídio de desemprego? E porque é que o patronato francês utiliza o adjectivo “social” para qualificar o seu projecto político e económico? A resposta que nos dá o seminário de Michel Foucault é a seguinte: o governo liberal é, desde as suas origens, um “governo da sociedade”. O governo liberal não é

6 Michel Foucault, *Naissance de la biopolitique, Cours de 1978-1979*, Seuil-Gallimard, Paris, 2004.

7 *Mouvement des entreprises de France*, organização patronal que representa os interesses dos dirigentes das empresas em França. (N. do T.)

8 A partir da “refundação social”, os padrões chamar-se-ão “empresários” ou ainda “empresários sociais”.

9 Michel Foucault, *Naissance de la biopolitique*, op. cit., curso de 28 março 1979,

um governo económico que se limitaria a reconhecer e fazer cumprir as leis económicas; é um governo que tem por objectivo e alvo a sociedade no seu todo. A política liberal é “uma política da sociedade” que tem o seu instrumento de inteligibilidade, a sua medida e as suas regras de funcionamento no mercado.

O QUE É O “SOCIAL”?

O “social” é introduzido como modo de governo desde que a relação entre a economia capitalista e o político se tornou problemática. Foucault explica-o da seguinte forma: o poder do soberano deve ser exercido num território e sobre sujeitos de direito, mas este espaço é habitado, a partir do séc. XVIII, por sujeitos económicos que, em vez de deterem direitos, possuem interesses (económicos). O *homo oeconomicus* é uma figura heterogénea que não se pode sobrepor ao *homo juridicus*. O Homem económico e o sujeito de direito originam dois processos de constituição também eles heterogéneos: cada sujeito de direito integra-se na comunidade dos sujeitos de direito (constituição política) por uma dialéctica da renúncia. O Homem económico, esse, integra-se no todo económico por uma multiplicação espontânea dos seus próprios interesses. Não se renuncia ao interesse próprio. Pelo contrário, só perseverando dentro do seu interesse egoísta é que existe multiplicação e satisfação das necessidades do grupo. Segundo Foucault, nem a teoria jurídica nem a teoria económica, nem a lei nem o mercado, são capazes de conciliar esta heterogeneidade. É necessário um novo domínio, um novo campo, um novo plano de referência que não será nem o conjunto dos sujeitos de direito nem o conjunto dos sujeitos económicos. Uns e outros não serão governáveis senão na medida em que pudermos definir uma unidade que os assuma, fazendo aparecer não só a sua relação ou combinação, mas toda uma série de outros elementos, assim como interesses que não são redutíveis a interesses económicos.

Esta ideia designa o que conhecemos como “sociedade civil”, a “sociedade”, ou o “social”. Para que a governamentalidade possa conservar o seu carácter global, para que ela não se separe em dois sectores especializados (arte de governar economicamente e arte de governar juridicamente), o liberalismo inventa e experimenta um conjunto de técnicas (de governo) que se exercem sobre um novo plano de referência: a sociedade civil, a sociedade ou o social. Aqui, a sociedade não é o espaço no qual se fabrica uma certa distância ou uma certa autonomia face ao Estado, mas o correlato das técnicas de governo. A sociedade não é uma realidade primeira e imediata, mas qualquer coisa que integra a tecnologia moderna de governo, que é produzida por essa tecnologia. É neste cruzamento, na gestão deste interface, que se constitui o liberalismo como arte de governar.

No século XX, o governo social das condutas tem uma função política específica. Se é verdade que as políticas sociais são consubstanciais ao advento e desenvolvimento do capitalismo, é porque elas se instalam no centro da estratégia capitalista como uma resposta à “política de revolução”, especialmente à sua actualização na Rússia. A relação problemática entre economia e política transformara-se em dualismo antagonista irreduzível pela revolução soviética. Ao governo das condutas coube desde então, precisamente, a tarefa de produzir polarizações de poder e de rendimentos, neutralizando e despolitizando os dualismos que estas polarizações correm o risco de cristalizar, mediante uma diferenciação e uma individualização cada vez mais postas em prática pelas políticas sociais. As políticas sociais estão, por isso, bem no centro das estratégias liberais, mesmo quando são de ordem sensivelmente diferente como no caso do liberalismo keynesiano e no do “ordo-liberalismo”, que se encontra na origem da política económica alemã do pós-guerra e do neoliberalismo contemporâneo. Trata-se então de compreender aquilo que os neoliberais entendem por “mercado” e por “sociedade”, e de saber como é que eles pensam a sua relação.

O MERCADO SEGUNDO OS NEOLIBERAIS

Para os neoliberais, o mercado não tem nada de espontâneo; não é a expressão de uma suposta inclinação humana para a troca, como imaginava Adam Smith. Ao contrário do liberalismo clássico, o que os neoliberais sublinham, não é a troca, mas a *concorrência* como princípio de organização do mercado, e principalmente a concorrência entre empresas e a concorrência entre trabalhadores. Se a troca remete para a igualdade, a concorrência remete, ela, para a desigualdade. O novo modo de governo do mercado substitui ao par troca-igualdade, o par desigualdade-empresa. Para os neoliberais, introduzir o mercado como princípio regulador significa fazer da concorrência, e não da troca, o princípio regulador da sociedade. Do mesmo modo, na concepção neoliberal, a concorrência não é o resultado de um “jogo natural” dos desejos, dos instintos, dos comportamentos. Ela é mais um “jogo formal” entre desigualdades, *um jogo que deve ser instituído* e continuamente alimentado e sustentado. Para os neoliberais, os desejos e os instintos não são dados: só a desigualdade é capaz de produzir uma dinâmica que os faz entrar em rivalidades, estimulando os desejos, os instintos e os cérebros dos indivíduos, e que assim maximiza as suas potencialidades e o seu poder de agir.

A concepção de mercado que os neoliberais têm, ao contrário do que pretende uma opinião bastante generalizada (e difundida), é então anti-naturalista. O mercado e a concorrência não são mecanismos naturais e automáticos, mas o resultado de uma construção que necessita de uma multiplicidade de intervenções, especialmente do Estado, para existir e funcionar. **Para poder “deixar andar”, é preciso intervir o mais possível,** intervir simultaneamente sobre as condições económicas e sobre as condições não directamente económicas de funcionamento do mercado e da concorrência. Não se trata de intervir *sobre* o mercado, mas *pelo* mercado. Intervir para que os “frágeis mecanismos” da concorrência possam funcionar, significa desenvolver as condições, nomeadamente sociais, do seu funcionamento.

O governo neoliberal deve agir sobre a própria sociedade, na sua trama e na sua densidade, considerando e mesmo tomando a seu cargo os processos sociais para dar lugar, no interior desses processos sociais, a um mecanismo de mercado. A “refundação social” desejada pelo patronato francês herda directamente desta tradição quando Denis Kessler, na época do seu lançamento, faz da concorrência o princípio regulador do social: “o princípio de competitividade reintroduz a exigência económica num social que tem, por vezes, demasiada tendência a representar a farsa da sua emancipação ou mesmo a querer realizá-la¹⁰.”

DESIGUALDADE E CONCORRÊNCIA NO MERCADO DO TRABALHO CULTURAL

No caso específico, a muitos títulos exemplar, que analisamos (o mercado do emprego cultural e o conflito a que a sua “reforma” deu lugar), começaremos por tentar compreender o papel desempenhado pelas instituições de regulação do desemprego, principalmente o da *Unedic*. A *Unedic* (Union nationale interprofessionnelle pour l’emploi dans l’industrie et le commerce), administrada de modo paritário pelos sindicatos patronais e pelos sindicatos dos assalariados¹¹, é um organismo

10 Denis Kessler, “L’avenir de la protection sociale”, in *Commentaire*, nº87, outono 1999, p.625.

11 A *Unedic* é um organismo paritário, isto é, um organismo gerido por um número igual de representantes dos empregados e dos empregadores. A lista dos que têm direito a reunir neste organismo paritário foi estabelecida por decisão governamental a 8 de Março de 1948 (CGT, CGT-FO, CFTEC, CGC). Esta foi actualizada por um despacho, de 31 de Março de 1966, dando ordem de incluir a CFDT (após a sua criação e a cisão da CFTEC em 1964). As estruturas sindicais que se foram constituindo depois deste período não têm o direito de reunir nos organismos paritários. O “paritarismo” não leva sequer em conta a evolução do salariado, a criação e o desenvolvimento de novos sindicatos que, muitas vezes mais representativos que aqueles que reúnem na *Unedic*, não têm o direito de ser eleitos para as instituições de gestão da segurança social, já que não existiam no momento da promulgação da lei que, nos anos de 1960, fixou as cinco confederações sindicais que beneficiam de uma “presunção

encarregado, ao mesmo tempo, de gerir o fundo de desemprego, implementar a regulamentação decidida pelos parceiros sociais, fornecer os meios necessários ao seu cumprimento, e coordenar o funcionamento da rede dos *Assedic*¹². No mercado do emprego cultural, a concorrência já existia em grande escala, ainda que, na lógica dos “reformadores” (o Medef e a CFDT, gestores da Unedic), fortemente desvirtuada devido à redistribuição (relativa) dos rendimentos introduzida pelo sistema de indemnização do desemprego dos intermitentes do espectáculo: os subsídios de desemprego distribuía efectivamente uma parte dos rendimentos daqueles que ganhavam mais e tinham estado mais tempo empregados por aqueles que estiveram menos tempo empregados.

Se nos remetermos aos resultados da pesquisa que realizámos¹³ sobre as condições de trabalho, emprego e desemprego dos intermitentes vemos, claramente, o problema que este modo de indemnização coloca aos «reformadores». 13,5% dos intermitentes ganham um salário que não atinge 0,3% do SMIC¹⁴ (salário mínimo) anual.

A maior parte (56,4%) ganha um salário anual compreendido entre a metade e um pouco mais de um salário mínimo, e 9,1% dos intermitentes ganha um salário equivalente a mais de dois salários mínimos. A diferenciação dos salários é muito elevada e tem várias causas. Mas, para o que aqui nos interessa, percebemos que os subsídios de desemprego não só constituem, em média, quase metade do rendimento de um intermitente (o rendimento médio em 2003 é de 23 374 euros, logo, 10 671 euros de subsídio de desemprego), como ainda compensam, em parte, as diferenças de salário.

irrefragável (incontestável) de representatividade” na Unedic.

12 *Association pour l'emploi dans l'industrie et le commerce*. (N. do T.)

13 MATISSE-ISYS, *Étude statistique, économique et sociologique du régime d'assurance chômage des professionnels du spectacle vivant, du cinéma et de l'audiovisuel*, 2005, disponível no sítio www.cip-idf.org, publicado e modificado no livro já referido *Intermittents et précaires*.

14 *Salaires minimum interprofessionnel de croissance*. (N. do T.)

Para os intermitentes que ganham menos de 0,3 do valor do salário mínimo, a percentagem média dos subsídios sobre o seu salário é de 70%; para os que ganham entre 0,4 e 0,5 do salário mínimo, é de 59%; para os que ganham entre 0,5 a 0,6 (do valor do salário mínimo) é de 57%, e assim por diante. Para aqueles que ganham entre 1,5 e 2 salários mínimos, a percentagem de subsídio é de 33%; para os que ganham entre 3 e 4 salários mínimos ela é de 17%. O coeficiente de variação dos salários é de 7,21 enquanto o coeficiente de variação dos subsídios é de 3,44. A diferença de salários é, portanto, bastante reduzida pela intervenção dos subsídios¹⁵

O SIGNIFICADO DE UMA “REFORMA” NEOLIBERAL

O sistema que a Unedic queria “reformular” é uma mistura entre um sistema de indemnização “mutualista”, no qual as indemnizações compensam parcialmente os baixos salários, e um sistema de indemnização de tipo “segurador”, no qual as indemnizações pagas são proporcionais aos salários. **A reforma devia reduzir e eliminar o que restava da lógica mutualista e generalizar a lógica seguradora, já parcialmente em marcha.** Que um número crescente de indivíduos possa “beneficiar” desse modo

15 O rendimento médio de um intermitente tem um valor próximo do salário médio (22 000 euros) de um operário em 2003. Em média, um intermitente do espectáculo declara 709 horas de trabalho sob contrato (NHT) e aufera um rendimento mensal próximo do salário mensal médio de um professor certificado do secundário, suposto, este, estar diante de um público (estudante) durante 18 horas por semana, durante o período escolar (36 semanas); ou seja, umas 680 horas por ano (540 no caso de ensino como professor agregado). Ao contrário do que escrevem Luc Boltanski e Ève Chiapello em *Le Nouvel Esprit du capitalisme*, as “novas profissões”, os “sectores criativos” (media, moda, cultura, etc.) não são blocos homogéneos de indivíduos relativamente privilegiados que poderíamos contrapor à situação desfavorecida dos operários, dos desempregados e dos precários. As novas profissões não são analisáveis com as categorias molares utilizadas pelos autores do *Nouvel Esprit du capitalisme*, pois apresentam uma diferenciação interna enorme, como acabamos de ver com o caso dos intermitentes do espectáculo.

de indemnização que protege relativamente melhor, através da redistribuição dos rendimentos, que os outros sistemas de indemnização da precariedade e da instabilidade do mercado de trabalho, é o que a lógica neoliberal chama um “sistema anti-concorrencial”.

Um sistema que esbate, mesmo na margem, as desigualdades, que corrige as “irracionalidades”, que intervém sobre os efeitos e que regula os excessos do mercado é, de acordo com a lógica neoliberal, um sistema anti-concorrencial. Um sistema que “mutualiza os riscos” falseia a concorrência, já que introduz a “justiça social”, ou seja, uma lógica não económica que “entruva” o bom funcionamento do mercado, isto enquanto o mercado é concebido como capaz de criar, por si mesmo, uma distribuição “racional” e “efcaz” dos recursos.

Na perspectiva dos reformadores, os mecanismos de subsídio de desemprego não devem, portanto, compensar os desequilíbrios produzidos pelo sistema: eles não têm como função a redução das desigualdades, mas, pelo contrário, a manutenção de cada um numa posição de desigualdade diferencial com todos os outros. **O governo do mercado assente na concorrência e na empresa deve garantir que toda a gente se encontra num estado de «igual desigualdade».**

Portanto, é preciso intervir nas políticas sociais para as individualizar. A escola neoliberal alemã de Friburgo (o ordoliberalismo), no pós-guerra, denominou esta política, de modo significativo, «política social individual» para a opor à «política social socialista», política de colectivização e de socialização das despesas sociais. Foucault observa que se trata de uma «individualização» da política social que tem como objectivo, não o assegurar às pessoas uma protecção social contra os riscos, mas a constituição de um espaço económico no interior do qual elas possam assumir e enfrentar *individualmente* os riscos.

TÉCNICAS DISCIPLINARES E TÉCNICAS SECURITÁRIAS

Para inscrever esta lógica da «política social individual» nos mecanismos da protecção social, a reforma do regime de indemnização do desemprego precisa de pôr em prática, ao mesmo tempo, as ancestrais técnicas disciplinares e as mais recentes técnicas de segurança. As primeiras – vigilância, sanção, exame, exclusão – são reestruturadas e adaptadas às novas funções que requerem as segundas – incitação, mobilização à empregabilidade através da modulação e da individualização-diferenciação das políticas sociais. A activação destas tecnologias disciplinares e de segurança suscita simultaneamente uma inflação de actos jurídicos e de actos legais, bem como a desmultiplicação de normas e regulamentos provenientes do Estado e das instituições de regulação do mercado de emprego. A reforma visa primeiro reduzir o «excesso» de intermitentes com direito a beneficiar do subsídio de desemprego. «Há demasiados intermitentes, demasiadas companhias, demasiados espectáculos, demasiados artistas», afirmava o ministro da Cultura, Jean-Jacques Aillagon, que a radicalidade do conflito obrigou a demitirse, um ano depois da sua entrada no ministério. Para reduzir o número de intermitentes, a reforma utiliza num primeiro nível o simples endurecimento das condições necessárias à concessão do direito ao subsídio de desemprego. Planeia em seguida, com o apoio do ministério da Cultura, associar outras técnicas de selecção disciplinares: a separação entre «os inaptos e incapazes» e «os aptos e capazes», velha prática disciplinar utilizada para distinguir os «pobres», é aqui empregue separando «bons» artistas e técnicos («empregáveis») e maus («não empregáveis» pela indústria cultural). Um novo sistema de diplomas nacionais deve filtrar, classificar, seleccionar, formatar, para que não entrem no regime de indemnização dos intermitentes e nas actividades da indústria cultural senão os «empregáveis», enquanto os «não-empregáveis» são reenviados à solidariedade do Estado. Denis Kessler, explicitando o ponto de vista do MEDEF, lamentava que a nossa época tenha esquecido a oposição, fundadora das políticas sociais, entre «válidos» e «inválidos»: «estes últimos têm direito à assistência, quando os primeiros devem encontrar a sua

subsistência no trabalho¹⁶». A «marcação» dos indivíduos entra no mesmo registo de activação das antigas técnicas de divisão: «Diaboliza-se» os desempregados, com o duplo objectivo de os culpabilizar (não são bons artistas) e de os designar como renitentes ao trabalho (eles não aceitam a realidade do mercado de trabalho da indústria cultural, os seus produtos e os seus modos de produção).

MAIS DO QUE UM PROBLEMA ECONÓMICO, UM DESAFIO POLÍTICO

Quando Denis Gautier-Sauvagnac, representante do MEDEF na Unédic – que acabou um estudo em 2008 sobre as «fluidificações das relações sociais (distribuições de dinheiro pelos sindicatos, pelos políticos, etc.) – declara em 2005, depois de ter construído toda a campanha de comunicação da «reforma» sobre o défice engendrado por uma indemnização laxista, que o problema do subsídio de desemprego dos intermitentes não se trata justamente de um problema de défice, mas de um problema de número (de indivíduos indemnizados), indica com isto que o problema é menos um problema económico que um problema político, um problema de controlo. O modo de indemnização dos intermitentes não permitia dominar as entradas e saídas do regime, controlar os comportamentos segundo os princípios da «livre concorrência» e da capitalização, deixava demasiado espaço e liberdade a estratégias de desvio e contorno do regime de subsídio de desemprego, permitindo subtrair-se, como veremos, à lógica da empresa e do «capital humano». O problema dos intermitentes é, então, primeiro que tudo um problema de governo de condutas nas novas condições da produção flexível. **A reforma é por isso uma operação de poder antes de ser uma operação económica. Reduzir o défice, submeter as contas do subsídio de desemprego à lógica empresarial, é retomar o poder sobre o «social», retomar o controlo**

16 Denis Kessler, «L'avenir de la protection sociale», op. cit., p.625

sobre os comportamentos dos governados, que tendem, segundo Denis Kessler, a emancipar-se do mercado através da «dissociação progressiva da protecção social e do trabalho¹⁷».

Esta redução do número de intermitentes assemelha-se a uma «exclusão», mas aqui os excluídos estão incluídos numa «população» (a totalidade do mercado de trabalho) sobre a qual se exerce a acção governamental como gestão diferencial das desigualdades. A tecnologia disciplinar da exclusão integra-se no funcionamento de uma tecnologia de segurança de gestão das disparidades.

A acção do governo securitário exerce-se sobre um continuum que vai do beneficiário do RMI¹⁸ ao assalariado em CDI (contrato de duração indeterminada) beneficiando de um sistema de poupança salarial¹⁹ e de condições preferenciais no «accionariado popular»²⁰, passando pelo desempregado, pelo trabalhador pobre, pelo precário, pelo intermitente, pelo temporário, pelo assalariado em “part-time”, etc. Este continuum é regido por uma selva de leis, normas, regulamentos que instauram uma desmultiplicação de tipos de contratos de trabalho, de modos de inserção, de requalificação, de formação, de indemnização, de acesso aos direitos (sociais) e aos mínimos sociais. Este continuum, é preciso sublinhar, não é exclusivamente «salarial», é também «social» como o deseja o projecto da refundação «social», dado que inclui os beneficiários do RMI, os pobres, trabalhadores não formalmente assalariados, etc.

Este continuum é atravessado por descontinuidades, limiares,

17 *Ibid.*, p. 629.

18 Rendimento mínimo de inserção (N. do T.)

19 A *épargne salariale* (no original) refere o conjunto de dispositivos que foram sendo instituídos dentro do sistema francês e que, de modo geral, permitem ao assalariado constituir uma poupança em conjunto com a empresa (beneficiando dos devidos benefícios fiscais) e associam-no financeiramente, de diversas formas, à sua (da empresa) boa marcha, aos seus resultados. (N. do T.)

20 A compra de acções da empresa (por exemplo, durante uma privatização) é facultada aos assalariados da própria empresa, que passam assim a participar, interessadamente, nos resultados da empresa. (N. do T.)

divisões, segmentos que as tecnologias de segurança permitem governar como um todo, como uma mesma população «flutuante». O próprio do governo será, então, por um lado, localizar as «diferenças» de estatuto, de rendimentos, de formação, de garantias sociais, etc., e fazer jogar eficazmente estas desigualdades umas contra as outras. Por outro lado, trata-se de amplificar as políticas de individualização no interior de cada segmento, de cada situação, de modo a soltar ainda mais a mola da concorrência: individualização dos salários e das carreiras, individualização do acompanhamento dos desempregados, individualização do governo dos pobres, etc.

Neste continuum, nenhuma das posições de desigualdade relativa deve sentir-se estável e segura de si. **A construção do precário, do desempregado, do pobre, do trabalhador pobre, a multiplicação dos «casos» e das «situações» (os jovens, os jovens desfavorecidos, os jovens das cidades, os jovens diplomados, etc.), a amplificação e o aprofundamento da individualização, visam fragilizar não só o indivíduo que se encontra nessa situação, mas, de maneira evidentemente diferencial, todas as posições sobre o mercado de trabalho.**

A INDIVIDUALIZAÇÃO COMO DESPOLITIZAÇÃO

Para compreender o funcionamento da estratégia de governo neoliberal poderá ser interessante compará-la à de um grande partido da esquerda política e sindical. Estes «pensam» e «agem», frequentemente, a partir de uma norma única, o contrato de trabalho de duração indeterminada²¹, que querem generalizar a toda a população.

Os patrões e o Estado, mas também todos os governos que se sucederam nos últimos 30 anos, agem e pensam segundo uma outra lógica: encontrar, construir e consolidar uma *multiplicidade* de «normalidades» (desemprego, precariedade, emprego em

21 Ou contrato sem termo. (N. do T.)

part-time, salariado e CDI com sistema de poupança salarial, etc.). O governo destas «normalidades diferenciais» não tem como objectivo reconduzi-las ao modelo, à norma do CDI, mas antes, como vimos, mantê-las num estado de «igual desigualdade», de concorrência, favorecer as diferenças entre as diversas situações para perpetuar uma insegurança e uma incerteza «mobilizadoras». Inclusão e exclusão, normal e anormal não definem mais, como nas sociedades disciplinares, uma «grande divisão». Inclusão e exclusão são «variáveis» da acção governamental que, para além disso, tem tendência a multiplicar os casos, as situações, os estatutos entre estes dois limites. Portanto, o governo age em definitivo menos por separação do que por *modulação* de divisões, de diferenças. A sociedade de segurança não é uma «sociedade na qual sejam necessários os mecanismos de normalização geral e de exclusão do não-normalizável.»[□]

Contrariamente às disciplinas, onde o «dentro» e o «fora» eram dados e fixados à partida, nas sociedades de segurança eles são reversíveis, móveis, instáveis. Os dispositivos de segurança trabalham continuamente no limite, na fronteira entre o interior e o exterior, o dentro e o fora. O limite entre o dentro e o fora não é definido por uma norma prévia, porque é preciso fazê-la surgir.

As teorias da exclusão, ou mesmo da desafiliação²², parecem remeter-nos ainda para as sociedades disciplinares e não alcançam a especificidade dos dispositivos do poder depois de 1968. Isto não quer certamente dizer que não exista exclusão, desafiliação, marginalidade, mas que as suas funções e finalidades mudam nas práticas contemporâneas do governo neoliberal.

As políticas actuais de emprego e as políticas do «*workfare*» (que visam forçar, incitar ao emprego os que recebem prestações de assistência social) são políticas que introduzem, a diversos níveis, a insegurança, a instabilidade, a incerteza, a precariedade

22 Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*, Fayard, Paris, 1995. A desafiliação conjuga precariedade económica e exclusão social (isolamento social). (N. do T.)

económica e existencial na vida dos indivíduos. Criam insegurança não só na vida dos indivíduos, mas também na sua relação com todas as instituições que até aí os protegiam. A insegurança do desempregado e do precário não é certamente a mesma do empregado de uma grande multinacional, com sistema de poupança salarial e participação financeira nos lucros, mas há realmente um diferencial de medos que corre o continuum de um lado ao outro. Como explicar de outra maneira este sentimento de insegurança generalizado (e não apenas económico) que reina numa sociedade que nunca foi tão «protegida»?

Da gestão diferencial destas desigualdades libertam-se medos diferenciais que atingem todos os segmentos da sociedade sem distinção e que constituem o fundamento «afectivo» deste governo das condutas pelas desigualdades.

Estas desigualdades cumprem tanto melhor a sua função quanto estabeleçam maiores diferenças. Ainda que os limiares e as diferenças sejam relativos ao que uma sociedade determinada pode «tolerar» ou «suportar».

Gilles Deleuze e Félix Guattari encontraram o nome sem dúvida mais adequado para descrever o que Michel Foucault tinha escolhido chamar «dispositivo de segurança». Eles falam de uma *micropolítica da insegurança*: «a administração de uma grande segurança molar organizada tem como correlato toda uma micropolítica de pequenos medos, toda uma insegurança molecular permanente, a tal ponto que a fórmula dos ministérios do interior poderia ser: uma macropolítica da sociedade, para uma micropolítica da insegurança²³.»

A gestão diferencial do mercado do trabalho cumpre uma função fundamental que responde a uma questão política muito precisa. Como produzir as polarizações de rendimento e de poder no interior da relação capital-trabalho sem as cristalizar em dualismos políticos irredutíveis? O governo das condutas é um conjunto de técnicas cujo objectivo é a neutralização e

23 Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Capitalisme et Schizophrénie 2. Mille Plateaux*, Éditions de Minuit, Paris, 1981.

a despolitização da «política revolucionária» construída entre o fim do séc. XIX e começo do séc. XX, política que soube transportar estas desigualdades para um combate «de vida ou de morte» entre «operários» e «capitalistas».

A PEQUENA FÁBRICA DE EMPRESÁRIOS DE «CAPITAL HUMANO»

Como é que o governo neoliberal intervém no social? Fazendo do social uma função da empresa. Intervém para favorecer a multiplicidade, a diferenciação e a concorrência das empresas, e para incitar, solicitar e compelir cada individuo a tornar-se empresário de si mesmo, a tornar-se «capital humano». As políticas neoliberais implicam intervenções estatais tão numerosas como as intervenções keynesianas; no entanto, ao contrário destas últimas, não devem sustentar a «procura» mas sim a «oferta».

O neoliberalismo é, segundo Foucault, um modo de governo que consome liberdade e que, por isso, deve em primeiro lugar produzi-la e organizá-la. A liberdade não é para os neoliberais um valor natural que preexiste à acção governamental e da qual se trataria de garantir o exercício (como no liberalismo clássico), é o que o mercado precisa para poder funcionar. A liberdade que o liberalismo promove, solicita, produz, é então, muito simplesmente, o correlato dos dispositivos de segurança.

A grande diferença que caracteriza o liberalismo neoliberal por oposição ao liberalismo keynesiano é que a liberdade que ele fabrica e organiza é em primeiro lugar a da empresa e do empresário, enquanto a fabricação da liberdade do trabalhador e do consumidor, que faz parte dos instrumentos de intervenção keynesiana, deve passar a ocupar, no processo, uma posição radicalmente subordinada. **Os liberais têm por isso uma «política social», porque a sociedade é, como no keynesianismo, alvo de uma intervenção governamental permanente. O que muda em relação a este último são os motivos e as finalidades: trata-se de fazer da sociedade uma**

«sociedade empresarial» e fazer do próprio trabalhador uma «espécie de empresa».

Como se traduz este governo na construção do mercado do trabalho cultural? Para que o governo diferencial da concorrência no mercado do trabalho cultural seja possível, é necessário que o sistema de subsídio de desemprego funcione ao mesmo tempo como um sistema de capitalização e de seguro individual. As quotizações, pagas pelos empresários e pelos trabalhadores, não devem ser uma forma de socialização ou de mutualização dos riscos, mas um investimento individual contra os riscos. Portanto, representam um capital investido que como tal deve ser remunerado. Na reforma, o novo período de indemnização dos intermitentes é assim chamado «capital» de dias indemnizados, logo, dias que o indivíduo deve gerir enquanto capital.

Que produz a pequena palavra «capital» nos assalariados? Como opera? Ela enuncia que os subsídios de desemprego fazem parte da multiplicidade de investimentos (na formação, na mobilidade, na afectividade, etc.) que o indivíduo (o «capital humano») deve fazer para otimizar as suas performances. Por conseguinte, o montante do subsídio não deve produzir um efeito de redistribuição dos rendimentos de uma parte da população dos intermitentes à outra; deve ser proporcional ao investimento efectuado: aqueles que ganham mais e que quotizam mais, porque tiveram mais emprego, são aqueles que devem ser mais indemnizados. **O modelo de seguro individual deve substituir em toda a parte o modelo da mutualização dos riscos:** não se trata de organizar a transferência dos rendimentos de uma parte da sociedade à outra, para compensar os desequilíbrios provocados pelo mercado, mas ao contrário, de fazer funcionar os mecanismos da capitalização e do seguro individual em todos os domínios da vida (saúde, reforma, formação, etc.)

É por esta razão que a proposta de um novo modelo de indemnização avançada pelas coordenações dos intermitentes era inaceitável para os gestores da Unedic, mesmo se sabemos hoje que a reforma adoptada é mais cara que o antigo sistema de indemnização, que introduz desequilíbrios ainda mais gritantes,

que favorece o abuso dos empregadores. Apesar do custo da reforma implementada, apesar portanto da sua «irracionalidade» económica, a proposta de reforma alternativa das coordenações era inaceitável do ponto de vista da «racionalidade política» neoliberal: trata-se de um sistema de indemnização redistributivo, mais redistributivo ainda que o antigo modelo de indemnização porque, fixando um máximo e um mínimo aos subsídios, aumenta a capacidade de transferir rendimentos de uma parte à outra da população assegurada. Ora, para a teoria neoliberal, são precisamente a distribuição e as transferências de rendimentos de uma parte da população assegurada à outra, para corrigir as desigualdades e os excessos da concorrência, que transformam os indivíduos em «assistidos» e em «consumidores passivos» dos subsídios.

O «assistanato» é definido por Denis Kessler como a consequência directa da «dissociação entre as quotizações e as prestações²⁴», que por sua vez é a consequência directa da disjunção do «trabalho e das prestações». Por outro lado, a variação dos rendimentos, dos estatutos, das formações teriam o poder de transformar a conduta passiva do consumidor de subsídios numa conduta activa de empresário empenhando o indivíduo na produção do seu próprio capital. Faria deste mesmo indivíduo um produtor, um empresário que aceita o jogo concorrencial com os outros e procura otimizar os seus investimentos (neste caso, os investimentos na protecção contra a perda de emprego). É esta função de incitar o indivíduo a ser empresário e empresário de si mesmo, a jogar o jogo da concorrência, que a política social de mutualização e redistribuição neutraliza.

A capitalização é assim uma das técnicas que devem contribuir para transformar o trabalhador em «capital humano» que deve assegurar ele próprio a formação, o crescimento, a acumulação, o melhoramento e a valorização de «si» enquanto «capital», gerindo todas as suas relações, escolhas, condutas segundo a lógica económica fixada na relação proporcional custo/

24 Denis Kessler, «L'avenir de la protection sociale», op. Cit., p.629.

investimento e tomando em consideração a lei da oferta e da procura. A capitalização deve contribuir para fazer dele «uma espécie de empresa permanente e múltipla». Não é, então, pedido aos indivíduos que assegurem a produtividade do trabalho, mas a rentabilidade de um capital (do seu próprio capital, de um capital inseparável da sua própria pessoa). O indivíduo deve considerar-se ele próprio um fragmento de capital, uma fracção molecular de capital. O trabalhador não é mais um simples factor de produção, o indivíduo não é, rigorosamente, uma força de trabalho, mas um capital de competências, uma «máquina de competências» que acompanha um «estilo de vida, um modo de vida», uma escolha moral²⁵, uma «forma de relação do indivíduo a si mesmo, ao tempo, a um ambiente, ao futuro, ao grupo, à família²⁶».

A política social não deve somente ser reformada para favorecer o desenvolvimento da empresa e do empresário individual: ela deve também transformar os seus próprios serviços segundo esta mesma lógica, constituindo-os em empresas, isto é, terreno de acumulação e rentabilidade. Denis Kessler traduz estes preceitos da seguinte maneira: por um lado, «no futuro, todo o dispositivo social deverá passar pelo crivo do raciocínio económico: que custos, que vantagens? Deverá justificar diferenças e singularidades, excepções e especificidades por vantagens comparativas²⁷»; por outro lado, as empresas devem «reinternalizar» a protecção social que tinham tornado exterior, durante o fordismo, delegando-a no Estado.

A refundação social promove, assim, um «novo capitalismo» no qual a poupança dos assalariados e da população, os fundos de pensão, o seguro de doença, «porque geridos num universo concorrencial, tornariam a ser uma função empresarial²⁸». Denis Kessler, no ano de 1999, avaliava em 2.6 biliões de francos,

25 Ernest-Antoine Seillière, conférence de presse du 20 juin 2000.

26 Michel Foucault, *Naissance de la biopolitique*, op. Cit., p. 629

27 Denis Kessler, «L'avenir de la protection sociale», op. Cit., p.629.

28 *Ibid*, p. 622

150% do orçamento do Estado, o lucro que representam as despesas sociais para as empresas de serviços. A privatização dos mecanismos da segurança social, a individualização da política social e a vontade de fazer da protecção social uma função da empresa, estão no centro do projecto da «refundação social» e, portanto, do projecto de reestruturação do subsídio de desemprego.

Trata-se de inverter a lógica do Estado-providência. Em 1939, o liberal John Maynard Keynes podia descrever as finalidades do welfare que queria criar para a Grã-Bretanha como ainda dominadas por lógicas não exclusivamente económicas: «um sistema que nos permita agir enquanto comunidade organizada, orientada para fins comuns, e promover a justiça social e económica, respeitando e protegendo o indivíduo: a sua liberdade de escolha, a sua fé, o seu pensamento e expressão, o seu espírito empreendedor e os seus bens²⁹».

A generalização da empresa e da concorrência encontrava limites, mesmo com os ordo-liberais que montaram e geriram a política económica da Alemanha do pós-guerra. Com eles, a concorrência é considerada um «princípio de ordem» na economia, mas não um «princípio sobre o qual seria possível erigir toda uma sociedade³⁰». Pelo contrário, a generalização da concorrência pelos neoliberais contemporâneos é de certa forma absoluta, sem limites. Trata-se de generalizar a forma económica do mercado «a todo o corpo social, de a estender mesmo a todo o sistema social que, habitualmente, não passa ou não é sancionado por trocas monetárias³¹».

SOBRE OS LIMITES DA ANÁLISE FOUCAULDIANA DO NEOLIBERALISMO (I): RISCOS, PROTECÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO

29 John M. Keynes, citado em Richard Sennet, *Respect: De la dignité de l'homme dans un monde d'inégalité*, Hachette, Paris, 2005, p. 197.

30 Michel Foucault, *Naissance de la biopolitique*, op. Cit., p. 248

31 Ibid.

Antes de prosseguirmos o nosso estudo do conflito dos intermitentes seguindo a análise foucauldiana do neoliberalismo, convém, no entanto, lembrar algumas das suas principais limitações. Ainda que *Naissance de la biopolitique* forme um dos trabalhos mais completos e articulados de que dispomos sobre o neoliberalismo há, na reconstituição dos dispositivos de governo das condutas que este livro nos propõe, vazios, faltas, no que toca a um aspecto essencial, fulcral, das práticas neoliberais na actualidade. De facto, Michel Foucault negligencia a função da moeda na evolução do «regime de acumulação» (passagem do capitalismo «de gestores» e «industrial» ao capitalismo «de accionistas» e «pós-industrial», para utilizar noções correntemente empregues pelos economistas).

Isto é, a vários níveis, surpreendente. Em primeiro lugar, porque a conquista neoliberal da economia e da sociedade foi conduzida e levada a cabo pela finança. A transformação de uma parte do salário directo e do salário indirecto em activos financeiros, para um número significativo de assalariados (os assalariados solventes), é comandada e governada pela finança. Depois, porque é a partir da financeirização que se determina uma nova concepção dos riscos e das protecções, com repercussões directas e imediatas sobre o mercado de trabalho e o Estado-providência.

Desde o fim dos anos 1970 que temos, sem dúvida, assistido a uma nova distribuição tanto do risco como da protecção. No pacto fordista entre patrões, sindicatos e Estado, como no código do trabalho e da Segurança social francesa ainda em vigor, o direito à protecção social era legitimado pela assimetria de poder entre empregador e empregado que qualquer contrato de trabalho implica. **A protecção social era (é) concebida, inclusive a título jurídico, como uma compensação à subordinação salarial. Essa concepção foi abalada pela financeirização da economia, que introduz uma concepção de risco e de protecção totalmente diferentes, que despreza esses códigos e essas leis, e que rompe de um modo radical com os pactos ou**

compromissos nascidos do pós II Guerra mundial. Passa a ser, então, difícil de ignorar a questão monetária.

Ao contrário de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, partindo de uma reelaboração da teoria de Marx, deram-nos uma notável interpretação da moeda e da sua dupla natureza: moeda de troca e moeda de crédito. No esquema deleuziano, há três tipos de moedas que desenham três linhas ou três tipos heterogêneos de potência (ou de impotência). Há, em primeiro lugar, a moeda como estrutura de *financiamento* (criação e destruição de moeda) que desenha uma primeira «linha abstracta ou mutante», «quantidade não realizável» produzindo as suas próprias singularidades. É importante sublinhar que aqui o conceito de abstracção não remete para a teoria da abstracção em Marx, mas ao virtual. A moeda é um fluxo abstracto/virtual, não figurativo, que passa ao lado do processo de produção, que lhe é indiferente. Há, em seguida, uma segunda linha «totalmente diferente, concreta, feita de curvas sensíveis: o dinheiro como modo de pagamento, segmentarizável, distribuído por salários, juros, lucros, etc.³²» A moeda, como meio de pagamento, vai implicar uma terceira linha, o «conjunto dos bens produzidos» em determinada época.

O poder das instituições que regulam a «produção e destruição de moeda» (o sistema bancário no capitalismo de gestores, a finança no capitalismo de accionistas) exerce-se controlando as operações de conversão da primeira linha nas outras através da gestão do crédito. A finança, ao modular a frequência e a amplitude do investimento, pode gerar um número infinito de figuras. A assimetria do poder das sociedades capitalistas inscreve-se na assimetria de potência entre moeda de crédito e moeda de troca. A moeda que circula na Bolsa, nos fundos de pensão, nos bancos, que aparece no balanço das empresas não é de todo a mesma que temos nos bolsos ou que nos chega enquanto salário ou subsídio seja do que for. Estas duas moedas, a moeda

32 Ver Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Capitalisme et schizophrénie 1 : L'Anti-Edipe*, Éditions de Minuit, Paris, p.270.

de troca e a moeda de crédito, pertencem a dois regimes de potências diferentes. Aquilo a que chamamos «poder de compra» é, na realidade, um «ímpoder» como diz Deleuze. Trata-se de signos monetários impotentes, visto que se limitam a efectuar uma subtracção sobre um possível pré-determinado, sobre um fluxo de consumo que os fluxos de crédito, a linha abstracta da moeda como capital, já determinaram. «Fraude cósmica», acrescenta o filósofo. Em contrapartida, a moeda de crédito (linha abstracta não figurativa), tem o poder de «rearticular as cadeias económicas, de determinar uma deslocação das figuras», de jogar sobre a constituição dos possíveis³³.

Deleuze introduz assim uma assinalável novidade na teoria da moeda, concebendo-a como apropriação capitalista da virtualidade, enquanto poder sobre os possíveis. A economia contemporânea, como se tem vindo a tornar claro, é uma economia dos possíveis, uma economia onde a finança se arroga o poder de nomeação, de delimitação, de circunscrição dos possíveis para uma sociedade e para uma época. A economia contemporânea apresenta-se como uma proliferação de escolhas, de opções, de possíveis ofertas aos consumidores. De igual modo, aparece-nos como potência de combinação dos possíveis (cabe ao consumidor, diz-nos, compor a sua cadeia de produtos: «Cria³⁴ tu mesmo o teu universo!»), quando, na realidade, o consumidor limita-se a escolher entre alternativas fixadas, determinadas pela actualização da «linha abstracta» desenhada pela moeda de crédito.

No fordismo, a conversão da linha abstracta, a actualização da moeda, estava condicionada por diferendos políticos, cuja integração no regime de acumulação se fazia por meio de compromissos políticos (relativos ao emprego, à procura

33 *Ibid.*, p.271

34 Nesta frase, o que se traduziu por «combinação dos possíveis», «compor» e «cria», corresponde (no original) a «agencement», «agencer» e «agencez». O conceito em causa, tal como é desenvolvido por Deleuze, não tem uma tradução evidente para o termo «agenciamento» (e seus derivados), o que não deixa no entanto de ser possível. (N. do T.)

efectiva, à partilha dos ganhos de produtividade – aquilo a que podemos chamar o «socialismo do capital», fruto do esforço deste em integrar a luta de classes no seu regime de acumulação). O ódio que os neoliberais têm ao *New Deal* é um ódio de classe, dirigido contra um contra-poder que, mesmo que parcialmente, se intrometeu na soberania da moeda capitalista. **O neoliberalismo é essencialmente uma política de reprivatização da moeda, isto é, uma reprivatização do poder de determinar e circunscrever os possíveis**³⁵. É então necessário integrar, dentro do conjunto das análises que vimos fazendo a propósito do mercado e da concorrência, a análise da moeda, do ponto de vista quer económico quer político: «a moeda e o mercado, são a verdadeira polícia do capitalismo»³⁶. Que transformações das noções (e das práticas) de risco e de protecção contra o risco introduzem a financeirização da economia e a privatização da moeda? Tentamos apercebermos do que está em causa neste processo, vemo-lo talvez surgir nas questões em torno da luta dos intermitentes. «Durante muito tempo, ser assalariado era justamente dispor da segurança da condição salarial, o risco era deixado aos empresários que, em contrapartida, tinham a possibilidade de enriquecer. O capitalismo contemporâneo inverteu esta equação. Doravante é o assalariado que está exposto aos riscos da indústria e é o empresário, o accionista, quem está protegido. Este é um dos elementos da ruptura do contrato implícito que, anteriormente, ligava os assalariados às empresas. [...] A ruptura situa-se precisamente aqui: hoje, a administração (da empresa), como os accionistas, sabe, por meio das “stock-options” e dos “golden parachutes”, proteger-se individual ou colectivamente do risco, mas já não protege os assalariados. [...] A verdadeira

35 A este respeito, não sabemos como caracterizar o programa político de Bernard Stiegler, que pretende separar o capitalismo industrial do capitalismo financeiro, a não ser como extremamente naïf, dado que «é a finança que sustém todo o sistema, e o investimento de desejo» (*Ibid.* P. 272).

36 *Ibid.*, p. 284.

ruptura, antes de ser quantitativa, é qualitativa. O que é muito mais grave³⁷.»

A realidade do capitalismo de accionistas leva-nos então a relativizar as conclusões que Michel Foucault extrai dos textos dos liberais sobre a concorrência, uma vez que esta nos remete sobretudo, e antes do mais, aos trabalhadores e à população «não-possidente». Há uma assimetria fundamental entre, por um lado, os accionistas, os detentores da poupança salarial, etc., que podem confiar num aumento contínuo de rendimentos (nomeadamente os patrimoniais) e delegar os seus riscos sobre os mercados bolsistas ou nos seguros e, por outro, a parte mais pobre dos trabalhadores e da população (ou seja, a maioria da população) que não vê os seus rendimentos (salariais) aumentarem desde há anos e que não dispõe senão de uma protecção carcomida pela redução contínua e sistemática das despesas sociais.

SOBRE OS LIMITES DA ANÁLISE FOUCAULDIANA DO NEOLIBERALISMO (2): A PROPRIEDADE PRIVADA

Mas, mais concretamente, o que quer dizer a passagem do capitalismo de gestores ao capitalismo de accionistas? Esta passagem significa que os patrões e o Estado, a partir dos anos 1970 nos Estados Unidos e dos anos 1980 em França (durante a primeira presidência socialista), se foram progressivamente desresponsabilizando do pacto que tinham estabelecido com os sindicatos (o *New Deal* americano exportado, por assim dizer, para a Europa depois da 2ª Guerra Mundial). Segundo Michel Foucault, este pacto previa uma acumulação assente no pleno emprego (dos homens, uma vez que as mulheres dependiam do salário e da segurança do emprego masculino), o apoio ao consumo (política da procura), o crescimento do PNB, a redistribuição dos rendimentos e das riquezas, e o fornecimento de bens sociais ou a atribuição de bens colectivos. O atraso e a

37 Daniel Cohen, “De hoje em diante, o assalariado está exposto, o accionista protegido”, em *Challenges*, 11 de Outubro 2006.

impotência das políticas salariais e sociais impulsionadas pelos sindicatos torna-se evidente quando, como Foucault assinala já nos anos 70, as políticas neoliberais visam um corte definitivo com os objectivos e as formas de prioridade económico-política do pacto fordista. A nível Europeu, o objectivo das políticas neoliberais é a “plena actividade” e não já o pleno emprego, caso se entenda como emprego um trabalho relativamente assegurado em termos de duração (predominância do contrato de duração indeterminada), firmemente enquadrado pelo direito do trabalho e coberto pela protecção social. **Toda a gente, não importa em que condições, deverá trabalhar. O que se pretende é, como em Inglaterra ou nos Estados Unidos, uma plena actividade precária de uma parte crescente da população, de todas as classes etárias.**

Esta contestação do pacto fordista, que implica uma nova distribuição do risco e da protecção, permite-nos introduzir um outro conceito igualmente ausente das referidas lições foucauldianas sobre o neoliberalismo, o conceito de “propriedade privada”. As políticas neoliberais são, em última análise, uma vingança sobre o *New Deal* e sobre os compromissos que os “possidentes” foram forçados a assumir perante as classes não proprietárias, sob ameaça de “guerra civil” e de crise irreversível do capitalismo após a crise de 1929. O *New Deal* concentra todo o ódio de classe dos liberais, como Friedrich Hayek, porque ele atinge a concepção liberal da liberdade e do direito na sua (verdadeira) origem: a propriedade privada.

Robert Castel utiliza o conceito “propriedade social”, por oposição à propriedade privada de que os trabalhadores estão excluídos, para definir as conquistas do movimento operário (protecção contra os riscos de doença, de desemprego, da velhice, etc.). A propriedade social é a maneira de os não-possidentes acederem à propriedade através de direitos colectivos, ou seja, por meio da constituição dos trabalhadores assalariados em classe, em sujeito político. Recolocado na história da propriedade, o neoliberalismo é uma política cujo sentido e principal objectivo é regressar a estas conquistas políticas para as anular, falsificar, desactivar

no que seja possível. Trata-se de substituir todas estas formas de socialização e de mutualização da riqueza e da propriedade, instituindo uma “desproletarização” que passa pelo acesso individual à propriedade. *Desproletarização pelo acesso individual à propriedade privada*: eis um dos mais poderosos instrumentos de despolitização do neoliberalismo.

As teorias do risco, que florescem com a ascensão do neoliberalismo, dissimulam o conceito e a realidade da “propriedade privada”, precisamente o que faz funcionar o capitalismo de accionistas, mediante um vocabulário que espelha, literalmente, a batalha política e as questões de fundo que se jogam em torno dos “riscos”³⁸.

A afirmação dos teóricos da “sociedade do risco” de que nós “saímos de um mundo de inimigos” para entrarmos no “mundo dos perigos e dos riscos” é emblemática desta maneira de pensar. Mas a realidade, na prática, é completamente diferente: se há conflito em torno do subsídio de desemprego é porque há hostilidade, um diferendo, que incide precisamente sobre a questão de saber quem tem o direito de nomear os riscos e quem tem o direito de decidir sobre as modalidades da sua protecção e do seu financiamento (quem paga?).

Em França, o MEDEF, por meio da teoria da sociedade do risco, representa todos estes interesses de classe, uma vez que a substituição da protecção social pelos seguros individuais é uma das modalidades de restabelecimento do poder da propriedade privada sobre a propriedade social, um instrumento que determina uma redistribuição do poder e dos rendimentos

38 As teorias do risco apreendem certamente as mudanças com que as nossas sociedades se deparam, mas fazem-no apagando completamente a dimensão capitalista do conflito, que entretanto se torna sistémica. François Ewald e Denis Kessler são quem melhor exprime esta tendência, de modo menos simplista que Ulrich Beck. Segundo estes, a sociedade não se dividiria já de acordo com as velhas clivagens (patrões e operários), mas de acordo com uma “divisão moral, de modos de vida, de estilo”, a que opõe “riscófilos [os novos “empresários sociais”] aos riscófobos [os assistidos pelo Estado Providência].

em favor da primeira. Em 2005, nos Estados Unidos, o país em que as políticas neoliberais foram mais longe, o diferencial de rendimentos entre as classes sociais regressou ao nível a que estava em 1928. Os neoliberais, pelo menos no que toca aos rendimentos, conseguiram apagar o *New Deal*³⁹. O “socialismo do capital”, esse espectro que, bem ou mal, o *welfare state* representava, deve ser sistematicamente desmantelado. Onde quer que as relações de força o permitam.

SOBRE OS LIMITES DA ANÁLISE FOUCAULDIANA DO NEOLIBERALISMO (3): A “REVOLUÇÃO SILENCIOSA” DOS FUNDOS DE PENSÃO

Resta-nos considerar uma terceira grande modificação introduzida pelo capitalismo contemporâneo e que Foucault, no seu curso sobre o neoliberalismo, não abordou e não apreendeu. A financeirização da economia faz seguramente parte dos dispositivos de governo das condutas na medida em que desenha uma nova aliança, uma nova forma de integração entre capital e trabalho – que já não se funda no emprego, na redistribuição dos ganhos de produtividade e na protecção social

39 Em 2005, os 300 000 americanos mais ricos declararam um rendimento equivalente ao dos 150 000 000 mais pobres. Um para 1000 (0,1%) no cimo da escala dos rendimentos declarou tanto como os 50% que se encontram no fundo desta escala. Em média, cada pessoa que faz parte do 0,1% declarou 440 vezes o que, em média, declarou cada um dos 50% (nas empresas é possível encontrar desigualdades ainda mais gritantes, ao passo que a remuneração de um empresário fordista não devia ultrapassar 40 vezes o salário médio dos empregados). Para encontrar desigualdades deste género é preciso remontar a antes da Grande Depressão. Também a mítica *middle class* americana paga os custos destas políticas. Em 2005, o rendimento global aumentou 9% mas o rendimento de 90% da população diminuiu em 0,9%. Os frutos deste crescimento foram para os restantes 10% que se apropriam de metade do bolo (48,5%). Em 1970, os 10% Americanos mais ricos apropriavam-se de um terço da riqueza, e em 2005, de metade. Estes números mostram, mais claramente que qualquer discurso, que o pacto fordista de distribuição dos ganhos de produtividade não sobreviveu.

mas no accionariado e na poupança.

O acto fundador do neoliberalismo é a viragem monetarista da administração americana e da Reserva federal que, ao multiplicarem os dispositivos de recolha da poupança, os dirigiram para o financiamento da empresa e da economia via bolsa. A “revolução silenciosa” dos fundos de pensão dos trabalhadores (operários e empregados), isto é, o investimento da poupança salarial na economia de mercado, constitui, do ponto de vista do governo das condutas, o essencial da viragem monetarista. A mobilização dos fundos de pensão para o investimento bolsista, por exemplo, tem um objectivo preciso: trata-se de “eliminar a separação entre capital e trabalho implícita na forma salário fordista, ligando estritamente as poupanças dos trabalhadores aos processos de transformação-reestruturação capitalistas⁴⁰”. A nova aliança americana entre fracções do capital e componentes do salariato já não se opera a partir da distribuição dos ganhos de produtividade criados pela indústria, nem pela segurança do emprego ou pelo consumo, como acontecia no fordismo, mas faz-se por meio da distribuição dos ganhos de rentabilidade criados pela bolsa (ou seja, pela poupança⁴¹).

O que mais nos interessa nesta viragem neoliberal é o facto de a «revolução» dos fundos de pensão ter sido aberta pela crise fiscal do Estado de Nova Iorque nos anos 1974-1975, ou seja, por uma crise de regulação social (e não apenas industrial) do capitalismo. Os fundos de pensão dos funcionários públicos foram utilizados para financiar o *deficit* do *welfare* do Estado de Nova Iorque, e os sindicatos passam assim a substituir os investidores tradicionais das despesas públicas. A crise, antes de ser industrial, é social, e foi partindo dela que se inventaram as técnicas e os dispositivos

40 Christian Marazzi, *Capitale e Linguaggio*, Derive Approdi, Rome, 2002, p.34.

41 Michel Aglietta escreveu a esse respeito no *Le Monde* de 9 de Dezembro de 1997: “Se o fordismo integrou o salário pelo consumo, o regime de crescimento que está actualmente em gestação traz uma integração pela poupança”.

capazes de a gerir. O investimento da poupança dos empregados para reabsorver o *deficit* do Estado-providência de Nova Iorque cumpre com um duplo objectivo político: implicar os empregados na regulação das despesas sociais (através da chantagem do *deficit*) e cortar pela raiz qualquer eventualidade de uma possível aliança entre os «assistidos» (pobres, desempregados, mães solteiras, jovens, etc.) e os funcionários dos serviços de protecção social. A desproletarização que os ordo-liberais alemães desejavam (construção de pequenas unidades de produção, ajudas no acesso à propriedade da habitação pessoal, accionismo «popular», etc.) é aqui concretizada, no momento em que se impõe uma nova gestão da poupança dos trabalhadores de contrato a tempo indeterminado. Nesta perspectiva, os desígnios neo-liberais mantêm-se os mesmos desde os ordo-liberais alemães: «um assalariado que também é capitalista já não é um proletário», isto independentemente da «salarização crescente da economia⁴²». Estas políticas exercem um poder decisivo sobre as condutas dos assalariados, porque abrem «fissuras» no seu interior tornando-os «esquizofrénicos»: o assalariado e aquele que participa em sistemas de poupança financeira, por muito que sejam confundidos numa só pessoa, não partilham necessariamente uma mesma racionalidade. **O capitalismo de accionistas traça novas clivagens e novas desigualdades, que fazem desaparecer a solidariedade de classe, mergulhando as tradicionais políticas sindicais na impotência, conduzindo-as a uma atitude exclusivamente defensiva.** Os despedimentos, as reestruturações, as deslocalizações, o aumento da produtividade numa empresa em que os riscos estão ao encargo dos assalariados, são comandados pelo investimento dos fundos de pensão detidos por outros assalariados. Esta análise dos fundos de pensão mostra-nos um novo terreno de luta, que não se deve limitar à defesa das conquistas sociais

42 François Bilger, *La Pensée économique libérale de l'Allemagne contemporaine*, Pichon e Durand-Auzias, Paris, 1964, p.186 (citado em Foucault, *Naissance de la biopolitique*, op. cit., p.267).

do fordismo. As políticas neoliberais introduzem uma novidade assinalável que é preciso ter a capacidade de inverter e virar contra o próprio liberalismo: o capitalismo de accionistas promove e generaliza a desconexão do rendimento e do emprego, do rendimento e do trabalho. O objectivo de uma restauração do valor-trabalho, que o presidente Sarkozy logrou impor, é absolutamente ridículo e falacioso num capitalismo que favorece sistematicamente a renda financeira, petrolífera, imobiliária, sobre os direitos de autor (a consequência lógica do restabelecimento da renda é a herança – precisamente o oposto do princípio da meritocracia preconizado pelos neoliberais, no centro das primeiras medidas económicas de Sarkozy). É esta desconexão que é preciso aprender a «desviar», mudando-lhe o sentido para abrir a possibilidade de novas formas de socialização e mutualização. O que é preciso generalizar não é o emprego, mas a disjunção que o capitalismo de accionistas desejaria reservar aos detentores do capital.

SUBJECTIVAÇÃO, RESPONSABILIDADE, *WORKEARE*

A concepção do indivíduo como «empresário de si mesmo» é o último estágio do capital como máquina de sujeição. Para Gilles Deleuze e Félix Guattari, o capital actua como um formidável “ponto de subjectivação constituindo todos os homens em sujeitos, mas uns, os capitalistas, são sujeitos de enunciação, enquanto outros, os proletários, são sujeitos do enunciado, sujeitos às máquinas técnicas⁴³». Com o «capital humano», estamos perante a conclusão do duplo processo de sujeição e de exploração. Por um lado, o «capital humano» leva a individualização ao paroxismo, dado que o sujeito mobiliza continuamente os recursos “imateriais”, afectivos e cognitivos de que dispõe (enquanto si mesmo), investindo-os em todas as suas actividades. Por outro lado, as técnicas do «capital humano»

43 Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Capitalisme et schizophrénie 2: Mille Plateaux*, op. cit., p.571

conduzem à identificação da individualização e da exploração, uma vez que o «empresário de si mesmo» é, igualmente, patrão e escravo de si mesmo, capitalista e proletário⁴⁴, sujeito de enunciação e sujeito do enunciado. Como observa Michel Foucault, com o neoliberalismo as práticas de governo exercem-se na esfera do indivíduo, da sua subjectividade, dos seus comportamentos e dos seus estilos de vida. Assim, se a análise económica clássica se resume ao estudo dos mecanismos da produção, da troca e do consumo e deixa escapar as escolhas e as decisões do trabalhador (enquanto indivíduo), os neoliberais querem, pelo contrário, estudar o trabalho enquanto conduta económica, mas enquanto conduta económica praticada, constituída, racionalizada, calculada pelo indivíduo que trabalha. As técnicas de segurança são então procedimentos que integram constantemente novos elementos (os comportamentos, as reacções, as opiniões) e novos saberes de especialistas (médicos, psicólogos, economistas, sociólogos, assistentes sociais), que dependem do diagnóstico e, eventualmente, da correcção dos indivíduos.

O acompanhamento dos desempregados, introduzido pela «refundação social» do MEDEF (e que a reforma estende ainda aos intermitentes), pode ser entendido como uma técnica de segurança que trabalha na transformação do indivíduo «excluído», do desempregado, do beneficiário do RMI, do precário desafiado, em «capital humano». Ou seja, uma técnica que mobiliza o indivíduo, as suas competências e a sua subjectividade, para o adaptar à oferta de emprego. Estamos longe da imagem («motivadora») que as políticas de emprego dão de si mesmas, uma vez que é o instrumento disciplinar da punição, da obediência, da obrigação, da subordinação e da culpabilidade que é geralmente mobilizado, reactualizado e exibido nas políticas de

44 Não se trata simplesmente do assalariado detentor de fundos de pensão de que antes falámos, mas de todos aqueles submetidos pelas alterações na protecção social, pelas transformações da organização do trabalho, à injunção de ser «empresário de si mesmo».

workfare (obrigação ao emprego). À medida que o desemprego se foi entranhando na realidade sócio-económica como uma «doença endémica», o governo das condutas foi-se apoiando, cada vez mais, na dimensão disciplinar, na construção de uma lógica disciplinar adaptada à segurança. **O desemprego é então o resultado da má conduta dos desempregados, e aparece como doença «moral» do indivíduo. A sujeição passa pela responsabilidade, ou, mais ainda, pela culpabilidade.**

A «dissociação progressiva do trabalho e da protecção social» acarreta, segundo Denis Kessler, uma distribuição dos direitos «sem que estes assentem sobre uma participação, prévia ou ulterior, na actividade produtiva [...]. Direitos sem deveres, direitos que não representam a contrapartida de um esforço contributivo, é aquilo a que chamamos assistência [...], o que, como diríamos numa outra época, desmoraliza.⁴⁵» Esta nova teoria do risco implica a «moralização» do *workfare*. Por um lado, «os riscos sociais tradicionais – acidente, doença, velhice – foram sendo progressivamente substituídos pelos riscos de não se ser «empregável», de não se ser capaz de se inserir⁴⁶». Por outro lado, os riscos hoje são «mais endógenos que exógenos: eles dependem, em parte, dos comportamentos. O vector de risco não é independente do vector de comportamento»[□]. A noção de empregabilidade, tal como a define Denis Kessler, exprime precisamente esta mudança de paradigma, que se dirige directamente à subjectividade do indivíduo, dado que o risco de desemprego «já não pode ser considerado como independente do comportamento dos indivíduos» e dos «estilos de vida». Ser empregável significa adaptar os comportamentos e o próprio estilo de vida ao mercado. O risco é assim qualificado como uma mescla complexa de «acontecimentos aleatórios e acontecimentos mais ou menos previsíveis, nos quais as características intrínsecas dos indivíduos e os seus comportamentos desempenham um

45 Denis Kessler, «L'avenir de la protection sociale», op.cit. p. 630.

46 Denis Kessler e François Ewald, «Les noces du risque et de la politique», in *Le Débat*, Março-abril 2000, p.71.

papel importante⁴⁷».

De acordo com a «refundação social» patronal, entramos então na era do monitoring, do «acompanhamento individual» dos comportamentos e dos estilos de vida, da pressão sobre os beneficiários exigindo-lhes que se «responsabilizem pela mudança dos seus comportamentos» e modos de vida. Ernest-Antoine Seillière, entrevistado por François Ewald, resume do seguinte modo as novas funções da política social: «a protecção social passa, assim, da constituição de um direito uniforme à gestão de um modo de vida⁴⁸»

O *workfare* é precisamente a reorganização, a adaptação de uma velha técnica disciplinar (o controlo sobre o trabalhador) que se exerce sobre os movimentos do corpo dentro de um espaço fechado, às exigências das novas técnicas securitárias de controlo (o *monitoring*, o «acompanhamento individual»), que actuam sobre a subjectividade, sobre os estilos de vida, fora da fábrica ou da empresa. As políticas de *workfare* são um bom exemplo da maneira de integrar e de fazer funcionar as técnicas disciplinares em dispositivos de segurança, de integrar a heterogeneidade dos dispositivos de poder numa nova modalidade de governo.

OS EFEITOS DE PODER DA MOEDA: A
DÍVIDA COMO TÉCNICA DE TRABALHAR A
«RESPONSABILIZAÇÃO» (CULPABILIZAÇÃO) DO
«CAPITAL HUMANO»

De entre todos os efeitos de poder da moeda sobre a subjectividade, os mais importantes são os exercidos pela «dívida». A origem e fundamento da moeda não é a troca de mercadorias (Marx) mas antes a contracção de uma dívida (Nietzsche). O sistema da dívida (financeira e moral, segundo Nietzsche têm idêntica origem) faz circular ao mesmo tempo a culpabilidade e a «responsabilidade» por entre os governados.

47 *Ibid.*

48 *Risques*, n°43, Setembro 2000.

O capitalismo contemporâneo instiga, por um lado, os indivíduos governados a contraírem dívidas (Nos EUA, onde a poupança é negativa, recorre-se a todo o tipo de crédito: crédito para consumo, para compra de casa, para prosseguir os estudos, etc.⁴⁹) retirando ao endividamento molecular qualquer tipo de carga culpabilizante; por outro lado, culpabiliza os mesmos indivíduos tornando-os responsáveis pelos deficits molares (da Segurança Social, do seguro de saúde, do subsídio de desemprego, etc.) e comprometendo-os no esforço para a sua redução.

Este incitamento à contracção de créditos e esta obrigação de fazer sacrifícios para reduzir o «excesso» das despesas sociais não são contraditórios pois **trata-se de instalar os governados num sistema de «dívida infinita»: no capitalismo financeiro a dívida nunca acaba porque, simplesmente, não é reembolsável.**

Tal «dívida infinita» não é, em primeiro lugar, um dispositivo económico, mas uma técnica securitária, que permite programar o tempo e os comportamentos dos governados, controlar aquilo que tem um carácter por natureza incerto. Trabalhando os governados para a promessa (de honrar a dívida), o capitalismo dispõe, à partida, do futuro, uma vez que as obrigações da dívida permitem prever, calcular, medir, estabelecer equivalências entre os comportamentos actuais e os comportamentos futuros. São os efeitos do poder da dívida sobre a subjectividade (culpabilidade e responsabilidade) que permitem ao capitalismo lançar uma ponte entre o presente e o futuro.

Na *Genealogia da moral* de Friedrich Nietzsche, a possibilidade de se extrair do «homem-fera» um «homem civilizado», ou seja, um homem «previsível, regular, calculável», passa pela capacidade de prometer, entenda-se, pela fabricação de uma memória da dívida.

49 A taxa de endividamento das famílias nos EUA, expressa em % do PIB nacional, duplicou em 20 anos. Durante esse mesmo tempo as famílias foram progressivamente deixando de poupar. Desde 2005 que as famílias recorrem à sua poupança (cuja taxa se tornou negativa) para consumir. Ver o site do U.S. *Department of Commerce*, <http://www.bea.gov/>

O homem «civilizado» contemporâneo é aquele cuja memória é a memória da empregabilidade, da disponibilidade, da docilidade face às leis do mercado de trabalho e do consumo, uma vez que lhes deve a concessão do crédito.

Segundo a lógica neoliberal, os subsídios de desemprego não são um direito adquirido através do pagamento de quotizações, mas uma dívida que deve ser reembolsada com juros, que deve ser paga pelos constantes esforços que o devedor fará para maximizar a sua empregabilidade. Deste modo, os «serviços» do Estado-providência não são direitos sociais conquistados pela luta, mas um «crédito» gentilmente outorgado pelo sistema. E se é um facto que as mnemotécnicas postas em prática pelo governo neoliberal não são, a maior parte das vezes, tão atrozes e sanguinárias como as descritas por Nietzsche (suplícios, torturas, mutilações, etc.), também é verdade que o seu sentido é idêntico: construir uma memória, inscrever no corpo e no espírito a obrigação. Para que estes efeitos de poder da moeda sobre a subjectividade funcionem, é preciso então sair da lógica dos direitos, individuais ou colectivos, e entrar na lógica dos créditos (os «investimentos» do capital humano).

Os capitalistas que «queimam» centenas de milhares de milhões de dólares em cada crise financeira sem se perturbarem com nenhuma memória, nenhuma promessa, são os mesmos que, a propósito dos 900 milhões de euros de deficit do regime de subsídio de desemprego dos intermitentes, evocam catástrofes económicas e sociais de amplitude apocalíptica⁵⁰. Pese embora ao grupo dos «refundadores sociais» (François Ewald, Denis Kessler e o barão Seillière), **o capitalismo financeiro será tudo menos um capitalismo «riscófilo», uma vez que, tal como se viu na crise dos subprimes, não são os «empresários» mas**

50 O sistema de indemnização dos «trabalhadores temporários» é também deficitário. Todos estes regimes de indemnização são estruturalmente e por definição deficitários, uma vez que se fundam sobre um emprego descontinuo. Tentar encontrar um equilíbrio interno é absurdo.

sim os contribuintes que são obrigados a pagar uma dívida que nunca contraíram. Milagres do capitalismo.

A moeda não desenha apenas as leis gerais que os economistas nos querem fazer crer naturais, mas produz também os seus efeitos de poder sobre a subjectividade por meio de técnicas específicas de individualização. O vosso banqueiro conhece os fluxos de débito e crédito das vossas contas de um modo que lhe torna possível desenhá-las com uma cartografia precisa e específica do vosso «estilo» de vida, que lhe permite governar as vossas «condutas» modulando o acesso ao crédito.

A utilização de técnicas ligadas à «dívida infinita» na criação individualizante da culpabilização e da responsabilidade começa muito cedo para o «capital humano», antes mesmo da entrada no mercado do trabalho. Nos EUA, 80% dos estudantes que terminam um master em direito acumularam uma dívida de 77 000 dólares no caso de terem frequentado o ensino privado e de 50 000 se frequentaram uma universidade do estado. O endividamento médio dos estudantes que terminam uma especialização em medicina é, segundo um estudo da Association of American Medical College, de 140 000 dólares⁵¹.

O EQUILÍBRIO TOLERÁVEL DA PRECARIIDADE NO CAPITALISMO NEOLIBERAL

Uma das primeiras consequências da intervenção das políticas

51 Uma estudante que acaba de obter um mestrado em direito declara a um jornal diário italiano: «Penso que não conseguirei reembolsar as dívidas que contraí para pagar os meus estudos, há dias em que penso que quando morrer ainda terei as mensalidades da dívida à universidade por pagar. Neste momento sigo um plano de reembolso em 27 anos e meio, mas é demasiado ambicioso já que a taxa é variável e apenas consigo pagar os juros [...]. Tenho o máximo cuidado com as minhas despesas, tenho um caderno onde noto cada gasto, desde o café ao bilhete de autocarro [...]. Tudo tem que ser programado [...] O que mais me preocupa é que não consigo poupar, e a minha dívida está sempre presente, segue-me como uma assombração». (*Repubblica*, 4 de Agosto 2008).

neoliberais no social, como se pode facilmente constatar na construção do mercado do emprego cultural, é o aumento da pobreza. A criação de um capital humano empregável na indústria cultural e solvente perante as companhias de seguros faz-se à custa de um número crescente de «novos pobres». A pobreza no neoliberalismo não está ligada à falta de desenvolvimento. Ela não é o sintoma de um atraso que o crescimento económico irá reabsorver. **A pobreza é inteiramente criada no interior duma sociedade «objectivamente» rica através de dispositivos de segmentação, de divisão, de diferenciação.** A pobreza neoliberal é completamente diferente daquela que os países do Norte, como a Itália, ainda conheciam nos anos sessenta⁵². A nova pobreza é o produto duma vontade política numa sociedade capitalista que «venceu» a «miséria material». A política neoliberal utiliza a formidável acumulação de riqueza, de saber e de possibilidades que coloca a humanidade na eminência do «fim da miséria material» para produzir e reproduzir uma nova pobreza, uma nova precariedade, uma nova insegurança. O seu problema não é a extinção ou diminuição da precariedade, a absorção ou a redução das desigualdades. A sociedade neoliberal vive bem com uma certa taxa de precariedade, de insegurança, de desigualdade, de pobreza, tal como as sociedades disciplinares admitiam naturalmente uma certa taxa de ilegalismo que elas próprias tinham criado. A lógica neoliberal não quer nem a redução, nem a extinção das desigualdades porque, de facto, é com elas que joga e a partir delas governa. Ela apenas tenta estabelecer um equilíbrio tolerável, um equilíbrio suportável pela sociedade entre normalidades diferentes: entre a normalidade da pobreza, da precariedade, e a normalidade da riqueza. Ela já não trata da «pobreza relativa», das disparidades entre os diferentes rendimentos, nem das suas causas. Interessa-se somente pela

52 Pier Paolo Pasolini foi quem, nos seus filmes e nos seus livros, melhor descreveu a viragem política, sociológica, antropológica, a passagem da velha pobreza que se enraizava na história da humanidade a esta nova pobreza gerada por uma sociedade «rica».

«pobreza absoluta» que impede o indivíduo de jogar o jogo da concorrência. Deve apenas definir um limiar, um mínimo vital acima do qual o indivíduo pode tornar-se de novo uma «empresa», acima do qual as diferenças (entre rendimentos, etc.) podem e devem ser consideradas, e abaixo do qual o indivíduo cai fora do jogo social, do jogo da concorrência e aonde pode ser ajudado mas de maneira pontual e não sistemática.

Para estabelecer este equilíbrio tolerável, para produzir uma nova forma de miséria, os neoliberais utilizam as instituições do *welfare state* (às quais sempre se opuseram violentamente, pelo facto de elas fabricarem propriedade social), mas invertendo as funções e as finalidades para as quais tinham sido criadas. Tal como domesticaram as instituições democráticas que sempre tinham combatido (o sufrágio universal⁵³, por exemplo, controlado de modo a que a «representação» seja sempre dominada pela «oligarquia da riqueza»), os neoliberais passam agora a dominar as instituições do Estado-providência, fazendo-as funcionar como dispositivos de governo das condutas, de produção de desigualdades, de fabricação da miséria. Na lógica neoliberal, todas as protecções contra os riscos, todas as instituições da propriedade social são dispositivos que devem funcionar com mínimos (salário mínimo, reforma mínima, rendimento mínimo, etc.), e o mínimo tem um sentido político, uma vez que define um limiar abaixo do qual existe risco de «guerra civil», de ruptura da paz social. Por intermédio destas técnicas dos mínimos, vê-se bem como as políticas neoliberais operam uma inversão no sentido das instituições de protecção transformando-as

53 As «liberdades políticas» introduzidas pelo liberalismo são certamente uma expressão da oposição ao poder do soberano, mas sempre foram na história, sem nenhuma excepção, limitadas pela propriedade. É sabido que a universalização das liberdades e dos direitos que os liberais queriam garantir apenas aos proprietários, o sufrágio universal por exemplo, não foi o resultado de políticas liberais (se dependesse dos liberais ainda estaríamos no sufrágio censitário masculino), mas sim das lutas e das conquistas, primeiro do movimento operário (a partir de 1848), e posteriormente dos movimentos das mulheres.

em dispositivos de produção de insegurança, cujos limites são fixados a partir dos riscos de mobilização e de politização por parte dos desprotegidos. A teoria da sociedade do risco teria então tudo a ganhar com a integração no seu desenvolvimento dos únicos riscos aos quais são sensíveis os neoliberais: os riscos da revolta, da politização, da abolição ou simples redução dos seus «privilégios», entre os quais a propriedade privada, que consideram como o mais «humano» de todos os direitos.

O PAPEL PRECURSOR DO ESTADO

O intervencionismo do Estado (virado para o mercado e para a empresa), fortemente sublinhado por Michel Foucault na sua análise do ordo-liberalismo alemão do pós-guerra, foi ainda reforçado pelas políticas neoliberais contemporâneas. **Em todos os países do Ocidente capitalista, é o Estado que estabelece as leis e as normas que abrem caminho à reconstrução neoliberal do mercado enquanto sistema pretensamente auto regulado.**

Também em França as intervenções do Estado para favorecer a construção do mercado concorrencial foram muito numerosas: liberalização dos mercados financeiros, financiamento da empresa por meio de uma desfiscalização sempre acrescida das quotizações, valorização do modelo empresarial junto da opinião pública, criação de contratos de trabalho precários, introdução do RMI, política de emprego (até à redução do tempo de trabalho - as 35 horas - que flexibiliza a organização do trabalho dentro da empresa através da anualização do tempo de trabalho e da empreitada⁵⁴), workfare, estabelecimento de políticas fiscais neoliberais (redução da «pressão fiscal» sobre os mais favorecidos, imposto negativo, etc.) que estão na origem de uma gigantesca transferência de rendimento dos «pobres» para

54 Em geral, contrato (de trabalho) no qual a remuneração é fixa, combinada «à partida», pela obra – por oposição à remuneração por unidade de tempo/hora de trabalho. (N. do T.)

os «ricos». O «pacote fiscal» de Nicolas Sarkozy é a mais recente (e caricatural) lei de «assistência» aos ricos.

No campo mais específico do subsídio de desemprego, os dispositivos - introduzidos no quadro da «refundação social» patronal - de *monitoring* dos comportamentos, de gestão dos estilos de vida através do «acompanhamento individual» dos desempregados com vista a «adaptá-los» à oferta de emprego e a valorizá-los enquanto capital humano, inspiraram-se largamente no contrato de inserção do RMI, introduzido e gerido pelo Estado. O Estado praticou a individualização da política social muito antes da «refundação social» dos patrões, para a qual abriu caminho. Tanto no «contrato de inserção», gerido pelo Estado, como no «acompanhamento individual», gerido pelos parceiros sociais, a prestação já não é pensada como um direito social universalmente partilhado, mas antes como um direito subordinado à implicação da subjectividade e do comportamento do alocatário, um direito garantido pela assinatura dum contrato individual em vista de um «projecto de emprego». A individualização das políticas sociais, a nova gestão da pobreza (RMI), as formas fiscais de incentivo ao emprego (o imposto negativo), a gestão do mercado de trabalho através da precariedade, foram em grande medida experimentadas pelas administrações de Estado, muito antes da «refundação social».

No conflito dos intermitentes, o Estado, mesmo não estando directamente na origem da reforma, desempenhou um papel determinante. Podemos distinguir duas formas de intervenção estatal neste conflito. Por um lado, o Estado tomou a seu cargo a gestão da crise desencadeada pela anulação dos principais festivais do verão de 2003 e os seus custos. Por outro lado, o ministério da Cultura abriu uma «nova frente», deslocando o confronto do terreno dos direitos sociais para o das políticas culturais. O que já se pode ver desenhando-se a partir de Setembro 2003, é uma estratégia de «dupla tenaz» que tende a fechar-se como um torno sobre os opositores da reforma: de um lado a iniciativa da Unedic visando a redução do deficit e do número de intermitentes e, de outro, a do Estado com uma

série de medidas (emprego cultural, restrição do campo de aplicação, controles) que deverão produzir, desmultiplicando-os, os mesmos resultados.

A GESTÃO DO CONFLITO

Face à radicalidade e à determinação do movimento, e nomeadamente dos comités de coordenação que se estruturaram para travar uma batalha a médio prazo, o Estado pôs à disposição da aplicação da reforma todo o seu poderio financeiro e os seus dispositivos de poder, para enfraquecer e dividir o movimento. A continuidade do conflito, o encarniçamento e a variedade das formas de luta e de iniciativa com as quais os intermitentes prolongaram a sua mobilização (a greve do espectáculo vivo⁵⁵ na primavera de 2005, dois anos e meio depois do desencadear do conflito, foi a mais importante em França neste sector desde 1968), obrigou o Estado a criar um dispositivo de «recuperação» dos intermitentes expulsos do regime pela reforma (Subsídio de Fundo Transitório), impedindo, de facto, até 1 de Abril de 2007, a aplicação integral do protocolo assinado em Junho de 2003. Segundo Michel Lagrave, responsável do fundo, 41.337 intermitentes teriam, até 2 de Fevereiro de 2007, passado pelo fundo transitório. No final de 2006, o fundo tinha custado 220 milhões de euros desde a sua criação⁵⁶. O fundo transitório é uma medida perversa, pois se, por um lado, se trata certamente de uma vitória política do movimento que garantiu, durante dois anos, uma continuidade de rendimentos a milhares de intermitentes, também, por outro lado, faz parte da estratégia de normalização do sector cultural conduzida pelo Estado, cujas intervenções têm por objectivo dar tempo à reforma de modo a

55 Enquadrada pela lei francesa, esta categoria refere em geral o espectáculo que inclui a presença física do artista, “um espaço, um tempo, acção, um público”. Inclui então teatro, dança, circo, cabaret, improvisação, artes de rua, etc. (N. do T.)

56 Ver *Spectacle, culture et communication*, Fevereiro 2007

que ela possa produzir os seus efeitos de selecção e de exclusão. Mesmo que, a curto prazo, a coisa custe dinheiro.

As intervenções do ministério que têm como objectivo a gestão do conflito (constituição de instancias de consulta, promessas solenemente anunciadas, propostas de construção de um regime «justo e equitativo», ameaças de recorrer à lei caso os parceiros sociais não cheguem a um acordo satisfatório, comissões de estudo confiadas a especialistas, etc.) cumprem, antes de mais, uma função dilatória. Mas estas manobras compreendem-se ainda num outro sentido, igualmente importante: trata-se de bloquear o contágio e a circulação das reivindicações até outros sectores e no próprio interior das instituições. O governo confiou a gestão da crise ao ministro da Cultura e não ao ministro do Emprego e da coesão social: era preciso fazer do problema do subsídio de desemprego dos intermitentes um problema cultural e não um problema de direitos sociais. O Ministério da Cultura serviu-se de todo o seu peso para impedir o voto da proposta de lei apresentada no parlamento pelo Comité de acompanhamento iniciado por alguns membros da Coordenação e um deputado Verde, que tinha recolhido apoio de representantes de todos os quadrantes políticos (excepto da Front national), e cujo objectivo era a produção de contrapropostas à reforma do regime dos intermitentes.

AS POLÍTICAS CULTURAIS

A aplicação da reforma requereu um envolvimento directo do Estado em três momentos distintos, todos tendo por objectivo a redução do número dos intermitentes. O primeiro consiste na política do emprego cultural que, por um lado, visa substituir, sempre que possível, os contratos de emprego intermitente por CDIs (contratos de duração indeterminada) e, por outro lado, indexa o financiamento de projectos culturais à criação de empregos, nomeadamente empregos permanentes. Um princípio económico - o emprego de duração indeterminada - torna-se ao mesmo tempo padrão de medida da actividade

artística ou cultural e instrumento de diferenciação social. O Estado enuncia e aplica uma lógica de «regulação»: menos intermitentes mas «mais bem» pagos, «mais bem» seguros, mais facilmente empregáveis pela indústria cultural, e mais empregos permanentes, enquanto o «excesso» fica a cargo dos serviços sociais do Estado. O que lhe permite encontrar uma vasta rede de alianças, já que os únicos actores do conflito que não aceitam esta lógica discriminatória do emprego permanente (por contrato de duração indeterminada), entre as organizações de intermitentes, são as coordenações.

O segundo momento que, como o precedente, reúne o consenso da Unedic, dos sindicatos, dos partidos políticos e do Estado, exceptuando sempre as coordenações, diz respeito à «profissionalização» do sector. Isto significa erguer barreiras à entrada nas actividades do espectáculo através da criação de diplomas⁵⁷ e da restrição do campo de aplicação (fazer sair todas as actividades «não artísticas», reduzir o número de actividades e profissões beneficiárias do estatuto de intermitente). A «profissionalização» dos intermitentes traduz-se num restabelecimento do domínio do Estado sobre o acesso à intermitência, sobre os percursos e as carreiras dos intermitentes. É ao Estado que se confere o poder de estabelecer quem é artista e quem não o é.

A última proposta, que isola mais uma vez a Coordenação e garante o consenso entre os parceiros sociais, é a do «controlo». Os controlos administrativos das pequenas companhias (sobretudo no domínio do espectáculo vivo) organizados pelos Assedic e o controlo organizado pelo Estado para desencorajar

57 O artigo 1º do «projecto de lei para a criação de diplomas superiores profissionais», da responsabilidade do Ministério da Cultura, afirma: «São criados [...] os diplomas nacionais superiores profissionais de músico, bailarino, actor, artista de circo. Estes diplomas validam a aquisição das competências, saberes e técnicas profissionais correspondentes a estas actividades». A Coordenação é ainda a única organização que se opõe a este projecto: «Opomo-nos à separação do trigo e do joio» (Coordination des intermittents et Précaires, *Synthèse des lundis de saison en Lutte*, www.cip-idf.org).

os «fraudentos» - quer dizer aqueles que não utilizam o subsídio de desemprego dentro dos limites da «normalidade» dum simples seguro contra o risco da perda de emprego, mas que lhe alargam a função até incluir o financiamento de projectos de trabalho, de formação e de vida dos intermitentes - participam da mesma vontade de divisão e de diferenciação com vista a diminuir o número de beneficiários. Trata-se também, aqui, de mobilizar as estruturas do Estado e os funcionários para reduzir drasticamente a intermitência substituindo-a pelo emprego permanente.

Deste modo, o Estado não somente aceita a lógica da reforma, mas ainda, impondo o contrato de duração indeterminada como norma e medida da actividade cultural e artística, agrava e aprofunda os efeitos de divisão e de exclusão do mercado de trabalho que ela cria.

O facto é que, para além deste conflito particular, o Estado trabalha, paralelamente, na generalização do governo da empresa sobre a totalidade das relações sociais, e é também o próprio Estado que assume, solicita e organiza a generalização dos comportamentos do tipo «capital humano» em todos os sectores da sociedade. O Estado, como tem acontecido frequentemente na história do liberalismo, longe de ser uma força hostil ao *homo oeconomicus* e às suas leis, é a instituição que inicia, experimenta, organiza e difunde as novas modalidades de governo de condutas.

O neoliberalismo não consiste numa luta da empresa e dos interesses privados contra o poder público, mas numa transformação no modo de governar as condutas que implica uma redistribuição das funções entre o privado e o público. Contrariamente àquilo que a ideologia liberal quer fazer acreditar, o dispositivo legal e a administração estatal estão longe de desempenhar um papel secundário na preparação desta transformação.

No caso dos intermitentes, sem estas intervenções, nunca a reforma poderia ter tido lugar, nunca os pretensos automatismos do mercado poderiam funcionar e produzir os seus efeitos. A retirada do Estado que os políticos neoliberais invocam diz

somente respeito ao financiamento da Segurança social, às modalidades de protecção dos trabalhadores e da população, e de modo algum ao financiamento da empresa. Pelo contrário, a partir do momento em que se invocou um alívio do peso do Estado na economia, as despesas públicas, «os apoios sociais às empresas»⁵⁸, explodiram.

Segundo um estudo realizado em 2006 pelas inspecções de dois ministérios - Finanças e Assuntos sociais - a pedido do primeiro-ministro, respondendo às interrogações do Conselho de orientação para o emprego (COE), os «apoios sociais» que a França concede às empresas são muito superiores aos 10 mil milhões referidos pela Comissão europeia. Os «apoios sociais» chegaram, com efeito, aos 65 mil milhões em 2005, ou seja 4% do PIB. É, explicam os inspectores, «um pouco mais que o total do orçamento da Educação nacional, quase o dobro do orçamento da Defesa, da mesma ordem de grandeza que o total das despesas hospitalares». No seu relatório público de 2004, o Tribunal de contas avaliava em 2,4% do PIB as somas mobilizadas para as ajudas públicas ao emprego (quer dizer os «apoios sociais» às empresas). Segue-se pois, que «os cofres estão vazios», anuncia o presidente da República a propósito do poder de compra dos governados.

58 Nos livros de Joseph Stiglitz sobre os “bastidores” do governo Clinton, há passagens caricatas: «Se éramos obrigados a sacrificar a ajuda social * aos pobres, tornava-se então ainda mais imperativo eliminar esse mesmo apoio dirigido aos ricos, e em particular às empresas - todas essas subvenções e outras deduções fiscais que lhes eram oferecidas [...]. Este processo dividiu-nos profundamente. O Tesouro recusou violentamente a ideia: estimava que a própria expressão «apoio social às empresas» cheirava um pouco a luta de classes» (*Lorsque le capitalisme perd la boule*, Fayard, Paris, 2003, p. 200). Com o argumento da «necessidade» económica, aquilo que se construiu em todos os países do Norte foi um welfare para os ricos: «Apertámos o cinto dos pobres e desapertámos o dos ricos. Não só não fizemos praticamente nada para reduzir os programas de apoio social às empresas legados pela administração Reagan e Bush, como ainda inaugurámos outros novos e modificámos alguns dos antigos para os manter em vida.» (Ibid., p. 201).

*Em inglês, «social benefits». (N. do T.)

Podemos tirar uma conclusão parcial do que acabamos de expor. A hipótese que julgamos ter verificado ao longo de todo o conflito dos intermitentes é a seguinte: a sujeição do «assalariado» e a sujeição do «capital humano», a lógica neoliberal da empresa, por um lado, e, por outro lado, a lógica da defesa dos direitos do salarido standard, estabelecem em conjunto um novo governo das condutas que é precisamente aquele que os comportamentos e as lutas dos intermitentes recusam, evitam, desviam e combatem.

Tal como pudemos verificar ao longo do conflito dos intermitentes, a lógica neoliberal não é a única a incitar à concorrência. A lógica sindical do emprego por contrato de duração indeterminada gera uma concorrência não menos feroz entre trabalhadores (assalariados standard e precários, trabalhadores e desempregados, trabalhadores e trabalhadores pobres, etc.). **A lógica da divisão, da separação, não é produzida unicamente pelas medidas neoliberais de «reforma» do subsídio de desemprego, mas também pelas políticas do «emprego cultural» assentes em contratos de duração indeterminada, e promovidas quer pela «esquerda» quer pela direita.** As políticas do emprego (ou da plena actividade), multiplicando as diferenças e as desigualdades tanto económicas como sociais, favorecem a gestão diferencial do governo liberal e estão completamente subordinadas à política neoliberal de optimização das diferenças⁵⁹.

59 De um modo geral, a esquerda política e sindical viveu durante anos na ilusão de poder salvaguardar os direitos do trabalho e da segurança social de uma parte da população limitando a flexibilidade (a precariedade) da organização do trabalho a uma outra parte da população, à qual, aliás, sempre foram prometidos os amanhãs que cantam do pleno emprego. Na realidade, esta defesa encarniçada do salarido standard revelou-se um dos instrumentos principais da segmentação do mercado do trabalho e da sua diferenciação intensificada, precisamente porque as estratégias sindicais se recusam a integrar o novo plano de referência que, segundo a análise de Foucault, permite à lógica liberal governar o «social» (os mínimos sociais, o continuum que vai do RMista até ao assalariado standard).

OS PROBLEMAS DA CRÍTICA DA “CRÍTICA ARTÍSTICA” E DO EMPREGO CULTURAL

As políticas liberais não se limitam a escavar desigualdades entre as diferentes camadas que compõem a sociedade; fazem-no ainda no interior de cada uma dessas camadas. O caso dos intermitentes do espectáculo é um exemplo muito elucidativo da segmentação, do estilhaçamento e da despromoção a que as políticas neo-liberais submeteram as “desaparecidas classes médias”. O capitalismo contemporâneo introduz uma polarização e um fraccionamento no interior das classes médias, resultando em novos comportamentos e novas sujeições relativamente ao emprego, ao desemprego e ao trabalho.

“O Novo Espírito do Capitalismo” de Luc Boltanski e Ève Chiapello apressa-se a subsumir estas mutações subjectivas sob a categoria de “crítica artística”. Geralmente, nos escritos dos sociólogos e economistas que se ocupam das transformações do capitalismo e mais especificamente das transformações do mercado de trabalho artístico e cultural, verifica-se uma tendência nítida em fazer da actividade artística e das suas modalidades de exercício o modelo no qual se inspiraria a economia neo-liberal. Este discurso é ambíguo e merece ser questionado. Tanto a definição do que é a “crítica artística” como o papel que os autores lhe atribuem no capitalismo contemporâneo deveriam suscitar, a diversos títulos, perplexidade. Porquanto o movimento dos artistas e dos técnicos do espectáculo, que deveria ter incarnado esta “crítica artística”, é aquele que na realidade lhe fez a mais feroz e mais articulada crítica.

A tese que perpassa ao longo de “O Novo Espírito do Capitalismo” é a seguinte: a “crítica artística” (baseada na liberdade, na autonomia e na autenticidade que reivindica) e a “crítica social” (baseada na solidariedade, na segurança e na igualdade que reivindica) “são a maior parte das vezes exercidas por grupos distintos” e são “incompatíveis”. O exercício da “crítica artística”, transmitido pelos artistas aos estudantes de

Maio de 68, teria em seguida sido retomado pelos “criativos” do “topo da hierarquia sócio-cultural” que trabalham nos media, na finança, na publicidade, no show-business, na moda, na Internet, etc. Pelo contrário, a “crítica social” utilizada pelos operários de 68 teria sido transmitida ao «povinho», aos subordinados, aos excluídos do liberalismo. Crítica artística e crítica social seriam “largamente incompatíveis”.

A “crítica artística” suscita nos autores um incómodo, até um certo desprezo, que não lhes é fácil dissimular. Do seu ponto de vista, é bastante compreensível, já que “a crítica artística, insiste-se, não é espontaneamente igualitária; de facto, ela corre sempre o risco de ser reinterpretada num sentido aristocrático” e, “não temperada pelas considerações de igualdade e de solidariedade da crítica social, [a crítica artística] pode muito rapidamente fazer o jogo de um liberalismo particularmente destruidor como nos mostraram os últimos anos⁶⁰”.

Aliás, a crítica artística não seria, “em si mesma, necessária ao questionamento eficaz do capitalismo, como o mostram os anteriores sucessos do movimento operário que foram todos obtidos sem os serviços da crítica artística. O Maio de 68 era, deste ponto de vista, excepcional”. Não apenas a crítica artística não seria necessária, a não ser para “moderar o excesso de igualdade da crítica social” que se arrisca a “não respeitar a liberdade” (*sic*), como seria ainda o cavalo de Tróia do liberalismo, com quem estaria aparentada pelo gosto aristocrático da liberdade, da autonomia e da autenticidade que os artistas teriam transmitido primeiro aos “estudantes”, antes de encontrar a sua plena realização entre os «burgueses boémios. Ao lermos, apercebemo-nos que o livro é percorrido pelo ressentimento para com o Maio de 68 que, desde há alguns anos, faz-se sentir entre as elites intelectuais francesas, de alguns sectores da extrema-esquerda à direita conservadora e reaccionária passando

60 Todas as citações que seguem foram retiradas da entrevista de Luc Boltanski e Ève Chiapello, “Vers un renouveau de la critique sociale”, in *Multitudes*, 2000/3, n° 3, p. 129-142.

pela nebulosa “republicanista”, identificando os “suspeitos do costume” Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari que, enquanto supostos mestres do improvável “pensamento de 68” teriam depositado, sem se darem conta, germes de liberalismo na cabeça das pessoas.

Luc Boltanski e Ève Chiapello retomam então a oposição entre liberdade e igualdade, autonomia e segurança, oposição característica de outros tempos, contra a qual esbarraram socialismo e comunismo históricos.

OS LIMITES POLÍTICOS DO CONCEITO DE “CRÍTICA ARTÍSTICA”

Os problemas da crítica da “crítica artística” desenvolvida por Boltanski e Chiapello são numerosos, mas o pior que lhe aconteceu foi precisamente o movimento de resistência dos “artistas” e dos “técnicos” do espetáculo e o nascimento da Coordenação dos intermitentes e precários, que constitui a sua expressão mais acabada.

As seis palavras de um dos *slogans* do movimento dos intermitentes (“Não há cultura sem direitos sociais”) são suficientes para fazer vacilar toda a construção teórica de Boltanski e Chiapello e fazem sobressair os limites da sua análise do capitalismo contemporâneo. Traduzido na sua linguagem, o *slogan* “Não há cultura sem direitos sociais” torna-se, com efeito, “Não há liberdade, autonomia, autenticidade, sem solidariedade, igualdade, segurança”. O que Boltanski e Chiapello consideram como potencialmente “aristo-liberal”, como incompatível com a justiça social, torna-se um campo de luta: talvez o único a partir do qual poderemos confrontar e arruinar a lógica neo-liberal.

O movimento de 2003 abre uma brecha na pretensa separação entre, por um lado, os “criativos” das novas profissões liberais e, por outro, os “pobres”, o «povinho», os “precários” do novo mercado de trabalho. A Coordenação dos intermitentes e precários da Île-de-France endereça, até no nome, um desmentido à pretensa incompatibilidade entre

“crítica artística” e “crítica social”. **As coordenações juntam o artista e o trabalhador temporário, o artista e o precário, o artista e o desempregado, o artista e o beneficiário do RMI.** E não se trata aqui certamente de uma vaga solidariedade política.

Os artistas e os técnicos do espectáculo fizeram eles mesmos uma constatação que os sociólogos têm visivelmente dificuldade em produzir pelos seus próprios meios: os precários, os novos pobres, os desempregados, os beneficiários do RMI não se opõem aos artistas e aos técnicos, porque a maioria dos artistas e dos técnicos vivem ou viverão num estado de precariedade, passando frequentemente pelo desemprego, pelo RMI, pelos apoios sociais.

Luc Boltanski e Ève Chiapello choram a triste sorte do “povinho” (*sic*), dos “pobres” e dos “desempregados”, o que os conduz a subestimar, senão a negar, as suas capacidades de acção e de luta: “a mobilidade desse povo, sendo a mais das vezes uma mobilidade forçada, não é verdadeiramente de natureza a criar redes. Postos em movimento, sacudidos de acordo com os seus fins de contratos, correm de um empregador a outro para não desaparecerem definitivamente da tela. Circulam como mercadorias numa rede da qual nunca tricotam a malha e são trocados por outros que, em contrapartida, se servem deles para sustentar as suas próprias conexões. Como explicámos ao evocar a natureza da exploração em rede, a mobilidade dos privilegiados, fonte de crescimento e lucro, está em perfeita oposição com a mobilidade do povinho, que não é mais do que empobrecimento e precariedade. Ou, para retomar uma das nossas fórmulas, a mobilidade do explorador tem como contrapartida a flexibilidade do explorado.”⁶¹

E no entanto... e no entanto, as pessoas, os pobres e os precários não se limitam a queixar-se; inventam antes novas armas, as armas necessárias para combater o capitalismo flexível e de accionistas no seu próprio terreno, o da mobilidade, da descontinuidade,

61 *Ibid.*

tentam inverter a desconexão dos rendimentos e do emprego que os novos patrões queriam garantir exclusivamente aos proprietários de capitais.

Mesmo na assimetria de poder, bem real, que caracteriza as relações sociais no capitalismo, a “mobilidade” está longe de ser apenas “suportada”, e a capacidade de construir redes está longe de ser uma prerrogativa exclusiva dos “grandes”. A luta dos intermitentes foi possível porque se apoiou numa extraordinária densidade e diferenciação de redes, o que constituiu o verdadeiro suporte logístico da luta. O mesmo poderia ser dito sobre o movimento dos desempregados que Pierre Bourdieu qualificou de “milagre”.

A resistência mais forte, mais decidida e mais lúcida ao projecto liberal do patronato francês (a “refundação social”) veio dos artistas e dos técnicos do espectáculo mais “pobres”, mais “precários”, os que se encontram no fundo da escala de rendimentos. **As coordenações dos intermitentes e dos precários elaboraram e propuseram um novo modelo de indemnização que, partindo das especificidades das modalidades de emprego, de desemprego e de trabalho no sector cultural, é extensível e adaptável a todos “os trabalhadores com emprego descontínuo” (e não apenas aos artistas e técnicos do espectáculo).** Este modelo elaborado do lado da “crítica artística” funda-se na solidariedade, na segurança e na justiça, aquilo que Luc Boltanski e Ève Chiapello chamam a “crítica social”. As coordenações de intermitentes e precários indicaram o terreno onde se deve situar a luta (por um sistema de subsídio ao desemprego) de modo a contrariar a natureza do capitalismo de accionistas, isto é, procurando ser capaz de assegurar a igualdade e a autonomia, assim como a mobilidade. Os mais “pobres”, os mais “insignificantes”, os menos favorecidos dos intermitentes, reivindicam um subsídio de desemprego contra a flexibilidade, porque souberam tecer redes de trabalho, de solidariedade, de cooperação para resistir às injunções do mercado do trabalho cultural. São estas redes e esta flexibilidade (que, mais uma vez, mesmo entre os mais

pobres, está longe de ser sempre “forçada”) que, na luta, foram investidas como instrumentos muito eficazes de mobilização. Podemos então, de forma séria, manter a oposição entre “crítica artística” e “crítica social”?

O PONTO DE VISTA SOCIOLÓGICO

Do ponto de vista sociológico, o conceito de “crítica artística” introduz seguramente uma imensidade de mal-entendidos. As clivagens que as políticas liberais cavaram na sociedade nada têm que ver com a caricatura de composição social e a cartografia das desigualdades descritas no livro de Luc Boltanski e Ève Chiapello.

Regressemos à descrição dos grupos sociais que representarão, segundo os autores, a “crítica artística”, e tentemos ver a que ponto essa descrição é caricatural, ou mesmo demagógica: “(...) é preciso ver que a crítica artística é hoje em dia representada sobretudo por pessoas bem colocadas, que fizeram estudos superiores, que trabalham frequentemente nos *sectores criativos* (o marketing, a publicidade, os media, a moda, a Internet, etc.) ou ainda nos mercados financeiros ou em sociedades de consultoria, e que a sua sensibilização ao que é, no outro extremo da escala social, a vida de um trabalhador temporário que não tem, ele, nenhum tipo de interesse na mobilidade, não está longe de ser nula.”

As clivagens que as políticas neoliberais traçam não passam entre as novas profissões liberais e os novos proletários, entre os grupos *trendy* e os desempregados, entre uma “nova classe criativa”, que trabalha nas “indústrias criativas”, e uma velha classe operária que trabalha nas indústrias tradicionais. As desigualdades são internas às ditas “actividades criativas” que, segundo os autores de “O Novo Espírito do Capitalismo”, representarão a “crítica artística”.

Nenhuma das profissões que eles apresentam como típicas

dos arautos da crítica artística é uma entidade homogênea; cada uma corresponde a um conjunto de situações fortemente diferenciadas por estatutos, salários, cobertura social, carga de trabalho, duração do emprego, etc. É possível trabalhar nas áreas do espectáculo, da imprensa, da arquitectura, etc., e ser-se rico com uma situação garantida, ou pobre numa situação de extrema precariedade. Entre estes dois extremos há uma infinita variação e uma muito larga modulação de situações e estatutos.

As clivagens das sociedades neoliberais não passam entre indivíduos que trabalham nos media, na publicidade, no teatro, na fotografia, de um lado, e de outro lado operários, empregados, precários e desempregados. **As clivagens atravessam as novas profissões liberais, as actividades “criativas”, porque, muito simplesmente, uma parte dos indivíduos que aí trabalham são precários, pobres, sem garantias.**

Poderíamos dizer exactamente o mesmo de quase todas as profissões que os autores citam, e nomeadamente dos investigadores que eles deveriam - não é insensato imaginá-lo - conhecer um pouco melhor. O movimento dos “investigadores precários” contribuiu para fazer emergir, alguns meses após o movimento dos intermitentes, a verdadeira natureza de uma parte das actividades “criativas” ou “intelectuais” na Universidade e nos institutos de investigação. O movimento contra o CPE⁶², e as suas palavras de ordem contra a “precariedade”, não teria sido possível sem esses dois movimentos dos “criativos” do “topo da hierarquia sócio-cultural” que o precederam.

Além disso, se quisermos completar o quadro do emprego cultural que começámos a delinear em traços largos, com a modulação introduzida pelas condições da intermitência, torna-se necessário levar em conta a existência de numerosos “artistas” que não são cobertos pelo regime de subsídio de desemprego previsto para a intermitência. Podemos então acrescentar às

62 «Contrat première embauche», o contrato de primeiro emprego, introduzido pela lei francesa em 2006, que permitia ao empregador despedir o jovem empregado sem precisar de apresentar razões que o justificasse. (N. do T.)

desigualdades produzidas no interior do regime, as clivagens que se aprofundam no exterior. Um número de intermitentes muito difícil de precisar quotiza mas não chega a acumular as horas necessárias para ganhar o direito à indemnização. Um estudo do departamento estatístico do Ministério da Cultura⁶³, sobre os músicos (os mais numerosos entre os intermitentes) que estão inscritos no RMI, dá os seguintes resultados: a 31 de Dezembro de 2001, 12,3% dos músicos e 9,5% no conjunto das outras profissões do espectáculo estavam inscritos no RMI. A 31 de Dezembro de 2002, respectivamente 11,4% e 8,8%; a 31 de Dezembro de 2003, 11,6% e 9,4%; a 31 de Dezembro de 2004, 12,3% e 10,1%; a 31 de Dezembro de 2005, 13,0% e 10,3%; a 31 de Dezembro de 2006, 12,2% e 9,4%.

Se juntarmos a estes “excluídos” os artistas plásticos e todos aqueles cujas profissões “artísticas” não entram no quadro do subsídio de desemprego dos intermitentes, veremos aparecer um panorama um pouco mais completo da situação. Entre os artistas plásticos, os únicos que de facto escapam a este esquema (se exceptuarmos o muito pequeno número dos que vivem graças ao mercado altamente especulativo da arte contemporânea) são aqueles que ocupam um posto de professor. Os outros estão, mais uma vez, no desemprego, no RMI e vivem com os mínimos sociais. Lembremos por fim que em Paris vinte por cento dos beneficiários do RMI declaram ter uma actividade “artística”.

Reencontramos dados comparáveis aos que estabelecemos ao longo do nosso inquérito sobre os intermitentes nos estudos que versam sobre “as classes médias à deriva⁶⁴”. O novo capitalismo “ não serve na verdade senão a um décimo da população dos recém-chegados, sendo que para a maioria a perspectiva do conforto se mantém incerta já que se generaliza um dispositivo

63 «Le nombre de musiciens «RMistes»», *Culture chiffre*, 2007-2, Departamento de estudos, da prospectiva e de estatísticas (DEPS) do ministério da Cultura e da Comunicação.

64 Louis Chauvel, *Les Classes moyennes à la dérive*, Seuil, «La République des idées», Paris, 2006..

do tipo «*up or out*», ascensão ou exclusão⁶⁵”. Reencontramos no conjunto das “classes médias” o fenómeno de polarização e fraccionamento que constatámos a propósito dos intermitentes. Só uma “classe média muito superior” acede ao topo do salariado privado (advogados de empresas, técnicos oficiais de contas, quadros da finança e da gestão, etc.), mas, “no outro extremo, a precariedade acompanha a modéstia do nível de vida⁶⁶”.

Como no caso dos intermitentes, haverá um “excessivo” estrutural. Os jovens, filhos das “antigas classes médias”, são considerados “superabundantes” e “excessivamente habilitados”:

“para as gerações que estão hoje entre os 30 e os 40 anos, enquanto o nível dos diplomas sobe, as origens sociais se elevam e, logo, os potenciais candidatos à entrada nas classes médias abundam, metade das vagas nas categorias intermédias de estatuto público simplesmente desapareceram e o seu equivalente no privado conheceu um crescimento demasiado lento para absorver a expansão das candidaturas. Esta discrepância não é em lado nenhum tão profunda como para estas categorias intermédias⁶⁷”.

Nos Estados Unidos, estes mesmos fenómenos de despromoção e de precarização estão em vias de pôr um fim ao pretensão “sonho americano” e ao papel central, tanto político como económico, que aí desempenhava a “classe média”. “*Welcome to the middle class poverty*” é um dos mais eficazes *slogans* utilizados pelo sindicato dos *freelancers* de Nova Iorque. Desta forma, mesmo nos Estados Unidos, as “novas profissões” (“*Advertising, Fashion, Film/Television, Financial Services, Graphic Design, Information Technology/Co., Journalism/Writing, Music/Radio, Non-Profit, Performing Arts, Photography, Visual Arts*⁶⁸”) estão bem longe de

65 *Ibid.*, p. 76

66 *Ibid.*, p. 75

67 *Ibid.*, p. 69.

68 Ver <https://be.freelancersunion.org/blog/>: “Freelancers Union is a national nonprofit organization that represents the needs and concerns of America’s growing independent workforce through advocacy, information and service. Independent workers – freelancers, consultants, independent contractors, temps, part-timers, contingent employees and the self-employed

se identificarem com a falsa imagem veiculada por “O Novo Espírito do Capitalismo”, já que elas estão na origem de uma nova vaga de “sindicalização”, de organização, de mutualização e de solidariedade.

Resumindo, a “*creative class*” não existe, nem mesmo nos Estados Unidos⁶⁹, já que as “novas profissões”, os “sectores criativos” (*media*, moda, cultura, etc.) não são blocos homogêneos. As novas profissões não são então analisáveis com as categorias “molares” utilizadas pelos autores de “O Novo Espírito do Capitalismo”.

IGUALDADE E LIBERDADE, “CRÍTICA SOCIAL” E “CRÍTICA ARTÍSTICA” NO ESTADO-PROVIDÊNCIA

A lógica da autonomia e da liberdade e a lógica da solidariedade e da igualdade estão, na realidade, longe de serem incompatíveis. De acordo com a estratégia dos intermitentes, elas devem ser, bem pelo contrário, declinadas em conjunto, em sintonia, se pretendemos pensar uma nova política de direitos sociais. Permanecendo no terreno clássico da “crítica social”, deixamos aos neoliberais a possibilidade de criticar o Estado-providência em nome da “liberdade” e da “autonomia”. Os neoliberais, para legitimarem as suas políticas de transformação e redução das despesas públicas, utilizam as críticas que os movimentos dos anos 1960 e 1970 dirigiram ao controlo cada vez mais absoluto, da parte do Estado, sobre a vida dos indivíduos. As lutas que se desenrolaram em torno de 68 tinham bem compreendido que a securização da existência, programa do Estado-providência saído da Segunda Guerra Mundial, é também uma técnica de governo das condutas, na medida em que “facilita a direcção dos indivíduos, ainda que

– currently make up about 30% of the nation’s workforce.”

69 Ver Richard Florida, *The Rise of the Creative Class: And How It’s Transforming Work, Leisure, Community and Every Day Life*, Basic Books, New York, 2002, e *The Flight of the Creative Class: The New Global Competition for Talent*, Harper-Collins, New York, 2005.

seja seguindo um método totalmente diferente dos métodos disciplinares⁷⁰”.

Para Michel Foucault, a quem devemos esta análise, o maior inconveniente do sistema de segurança social construído ao longo do século XX é a “dependência” dos indivíduos em relação ao Estado. Mas a dependência não é apenas interpretada como uma dependência por exclusão⁷¹, por “marginalização” (os pobres, os fracos, os “anormais” dependem do auxílio do Estado para a sua sobrevivência), mas também como uma dependência por “integração” que diz respeito aos próprios assalariados. A “cobertura social, de facto, só beneficia plenamente o indivíduo quando este se encontra integrado, seja no seu meio familiar, seja no seu meio de trabalho, seja no seu meio geográfico⁷²”. Desta forma, será protegido aquele que “já é protegido”, diz Foucault. A cobertura social não é uma simples protecção contra os riscos sociais (desemprego, acidente, velhice), mas uma técnica de governo de um modo de vida ao qual ela sujeita os indivíduos, e qualquer pessoa ou grupo que não queira aceder a esse modo de vida encontra-se marginalizado. A integração no Estado-providência por via do trabalho assalariado implica uma sujeição a um “estilo de vida” que impõe uma sequência de passagens lineares e programadas de um encarceramento a outro (escola, exército, fábrica, reforma). A securização da existência nos ditos “Trinta Gloriosos [Anos]” tinha como contrapartida a aceitação deste “destino”.

O Estado-providência e os “direitos sociais” do fordismo são ambivalentes: tratam-se indiscutivelmente de conquistas sociais mas, por outro lado, exercem sobre os indivíduos “efeitos de poder” bem evidentes. É esta ambivalência que importa hoje, se queremos resistir eficazmente ao neo-liberalismo, reconhecer,

70 Michel Foucault, *Dits et Écrits*, tomo II, op. cit., p.1481.

71 Uma crítica que se limita a esta primeira forma de dependência encontra-se em Richard Sennet, na sua obra *Respect: De la dignité de l'homme dans un monde d'inégalité*, op. cit., como na maior parte dos críticos do Estado-providência.

72 Michel Foucault, « Un système fini face à une demande infinie », in *Dits et Écrits*, tomo II, p.1189-1191.

pensar e tratar politicamente. As lutas sociais dos anos 60 e 70 mostraram precisamente que é possível desenvolver uma luta por “novos direitos sociais” que aliem autonomia e igualdade, e que operem a crítica dos “efeitos de poder”, dos “efeitos de sujeição” e de “individualização” do Estado-providência: para Foucault, “o objectivo de uma cobertura social óptima associada a um máximo de independência é bastante claro”⁷³. Face às novas dependências e aos efeitos de poder da protecção social, “existe de facto uma reivindicação positiva: a de uma segurança que dê lugar a relações mais ricas, mais numerosas, mais diversas e mais ágeis consigo próprio e com o seu meio assegurando, a cada um, uma real autonomia”.

As lutas dos intermitentes colocam-se precisamente na articulação destas duas realidades, “protecção” e “dependência”, “sujeição” e “subjectivação autónoma”.

As lutas dos intermitentes, atacando o “governo pela individualização” e fazendo emergir, por oposição, “tudo o que pode tornar os indivíduos verdadeiramente individuais”, não abrem no entanto por isso o caminho ao liberalismo⁷⁴. É antes porque a “crítica social” da esquerda tradicional recusa confrontar-se com os “efeitos de poder” da protecção social, não fazendo mais do que defender os “direitos adquiridos”, que ela é impotente face às políticas neoliberais. Se a “crítica social” não se deslocar para o terreno indicado pelos intermitentes, onde liberdade e igualdade não se opõem, ela não terá nenhuma hipótese de vencer contra a iniciativa neo-liberal. Ela estará, como o está actualmente, subordinada aos dispositivos de governo das condutas.

73 *Ibid.*

74 As mobilizações dos anos 60 e 70 atacaram os diversos “efeitos de poder” do Estado-providência. Elas criticam o sistema de saúde e o corpo médico pelo controlo que estes exercem sobre os corpos, sobre a saúde dos indivíduos, sobre a vida e a morte. As despesas sociais em formação, em cultura, produzem “privilégios de saber” (do corpo médico, dos professores, dos cientistas, dos especialistas, etc.), outros tantos “efeitos de poder” e modalidades de governo que se exercem sobre as populações escolares, os doentes, os públicos.

NOVAS FORMAS DE GOVERNAMENTALIDADE

Na glorificação do “trabalho”, nos infatigáveis discursos sobre a “bênção do trabalho”, reconheço o mesmo pensamento subterrâneo que nos louvores endereçados aos actos impessoais e úteis a todos: o medo de tudo o que é individual. No fundo, sente-se boje à vista do trabalho – entenda-se, por este nome, a dura labuta de manhã à noite – que um tal trabalho constitui a melhor das polícias, que nos conduz pelas rédeas e consegue travar, com mão firme, o desenvolvimento da razão, dos desejos, do gosto da independência. Porque ele consome uma quantidade extraordinária de força nervosa retirando-a à reflexão, à meditação, ao sonho, às angústias, ao amor e ao ódio, porque coloca constantemente à frente dos olhos um fim mesquinho e concede satisfações fáceis e regulares. Assim, uma sociedade na qual se trabalha incessantemente é uma sociedade que estará em segurança: e é esta segurança que boje se adora como a divindade suprema.

Nietzsche, *Aurora*, § 173.

A evolução do modo de governo do liberalismo levanta uma série de questões que Michel Foucault podia dificilmente antecipar. As imagens das novas formas de governo das condutas que ele reflecte são ainda as da primeira fase de desenvolvimento do neoliberalismo, que termina com a primeira guerra do Golfo. A partir desse momento, no horizonte do governo neoliberal encontra-se a guerra securitária interna e externa. Aos entusiasmos neoliberais da *new economy*, à epopeia do “empresário de si mesmo”, à liberdade de “criar” e inovar, sucedem as sombras neoconservadoras do embate entre civilizações, da guerra do Bem contra o Mal, as políticas pela restauração dos valores “eternos” do Ocidente (pátria, família, trabalho). A lógica da concorrência evolui e assume novos contornos, passa-se à lógica da guerra “securitária” e ao racismo no interior e no exterior de um Estado-nação, cujos valores e autoridade se visa restabelecer. O novo *homo economicus* responsável pela inovação da economia e da sociedade transforma-se rapidamente no arauto da destruição e da restauração. **A “livre” iniciativa que o liberalismo instaura e opõe à “igualdade” do “socialismo de Estado” personificado pelo welfare state e as suas**

políticas “sociais”, transforma-se em suspensão do habeas corpus na pátria mesmo do neoliberalismo.

Nesta perspectiva, os trabalhos de Deleuze e Guattari não manifestam as hesitações e as “ambiguidades” que pontuam os cursos de Foucault sobre o neoliberalismo, que nos dá por vezes a impressão de não resistir a um certo encanto da “governamentalidade” neoliberal. Segundo Deleuze e Guattari, o governo das condutas no capitalismo contemporâneo caracteriza-se igualmente pela introdução de dispositivos “hypermodernos” (finança, comunicação, marketing, gestão do “capital humano”, etc.) e pelo desenvolvimento dos dispositivos de sujeição que eles chamam “neo-arcaicos”, na medida em que produzem e reproduzem, uma vez mais, o que os primeiros pareciam dever ultrapassar (o racismo, a guerra, a nação, a divisão em classes, os valores da família, do trabalho, da autoridade, do mérito, etc.).

Hipermodernidade e neo-arcaísmos não são processos contraditórios, mas as duas faces complementares de um mesmo modo de governo das nossas sociedades.

O processo de *desterritorialização* capitalista, com “a permanente desordem na produção, a transformação incessante de todas as categorias sociais, a insegurança, a instabilidade e o movimento eterno [...] orientando-se por perspectivas universalizantes, não conduziu, historicamente, a outra coisa que ao retorno sobre si mesmo, a reterritorializações de ordem nacionalista, classista, corporativista, racista, paternalista⁷⁵”.

Os *ordo-liberais* alemães tinham, à sua maneira, compreendido perfeitamente este problema. A generalização da lógica de mercado e da empresa implica uma necessidade acrescida de integração política e social, na medida em que a concorrência é um “princípio dissolvente, mais que unificador”. O mercado e a empresa desfazem sistematicamente o que a sociedade consegue reunir.

Aos mecanismos “frios” da concorrência, do mercado e da

75 Félix Guattari, “De la production de subjectivité”, em *Chimères*, nº50, p.54 (publicado pela primeira vez no nº4 da mesma revista).

empresa, os ordo-liberais alemães opõem então os “valores quentes” do Estado, da nação, do social, da sociedade civil. A relação económica é incapaz, por si própria, de criar qualquer coisa como uma comunidade. Ela é obrigada a procurar noutro lado, em dimensões não directamente económicas, exteriores à lógica do Capital.

Nem os sujeitos económicos nem os sujeitos jurídicos podem assegurar a integração da sociedade. O “capital humano” e o “sujeito de direito” não mobilizam e não representam mais que “aspectos parciais”, “abstractos”, “ideais” da subjectividade, incapazes de assegurar, nessa medida, as condições de um coabitar, de uma comunidade. Para que isso seja possível, é preciso integrá-los dentro de um todo mais vasto e mais complexo: a sociedade, o social.

Por um lado, o mercado é um universal que estabelece um vínculo entre os sujeitos económicos que “é não local [...]. Não há localização, não há territorialidade, não há reunião singular no espaço total do mercado⁷⁶”. Por outro lado, contrariamente ao que diz a célebre divisa liberal, os vícios privados não produzem as virtudes públicas. O interesse económico é um interesse egoísta que, destruindo as condições sociais e políticas da comunidade, precisa do “interesse desinteressado⁷⁷” (de simpatia ou inimizade, de amor ou ódio), isto é, de interesses não económicos, para se integrar e funcionar na sociedade. Os sujeitos económicos, sem a produção e a reprodução dos vínculos de “simpatia e benevolência” a respeito de certos indivíduos e sem a produção e a reprodução dos vínculos de “repugnância” e inimizade a respeito de outros indivíduos, não poderão nunca representar o seu papel na economia. Só os “interesses desinteressados” são capazes de definir os territórios, os agrupamentos singulares que

76 Michel Foucault, *Naissance de la biopolitique*, op. cit., p.308.

77 Os interesses desinteressados não são “nem puramente económicos, nem puramente jurídicos, não se sobrepondo às estruturas do contrato [...], diferentes também, na sua natureza senão nas formas, do jogo económico” (*Ibid.*, p.311).

territorializam os interesses egoístas e ideais mobilizados pelo *homo economicus* e pelo *homo juridicus*.

Por outras palavras, o vínculo económico e o vínculo jurídico que definem o mercado, tomam lugar e são possíveis apenas através do conjunto de dispositivos e de relações de poder que Foucault reúne sob o termo de “sociedade”, dado que se o vínculo económico e o vínculo jurídico “delimitam a comunidade de uma certa forma, desfazem-na numa outra frente”⁷⁸.

O social que territorializa, que torna possível a existência dos interesses económicos, só pode ser um social de “inimizade” e de repugnância, de insegurança e de medo, porque o mercado, a concorrência e a empresa constituem a dinâmica e a medida do agir.

Se a dinâmica do fenómeno económico não é dada pela troca como no liberalismo clássico, mas pela concorrência e pela empresa, então a desconfiança, o medo e a insegurança não são fenómenos externos ao mercado, mas directamente e poderosamente segregados por este. A confiança necessária ao funcionamento do mercado supõe uma desconfiança prévia porque o outro é um concorrente, um rival, um inimigo que é preciso vencer. A generalização do mercado, da concorrência e da lógica da empresa a todas as relações sociais é uma generalização da desconfiança e do medo do outro.

O neoliberalismo americano, que destruiu o que restava das territorializações “benevolentes” e “socialistas” do *welfare*, assumiu com naturalidade os valores “mal-intencionados” do integrismo cristão e da guerra (interna e externa) para assegurar a sua inscrição na sociedade. Pelas mesmas razões, a guerra é uma necessidade intrínseca à terceira via da nova social-democracia de Tony Blair, porque ele fez do mercado e da concorrência os princípios que regem a sociedade.

O racismo (interno, contra os imigrantes, e externo, direccionado a outras civilizações) é um dos mais poderosos fenómenos de “repugnância” e de “inimizade” que concorrem à constituição

78 Michel Foucault, *Naissance de la biopolitique*, op. cit., p.306..

e fixação dos territórios, das “identidades”, dos “valores” que faltam ao “capital”. Na prática, o actual governo das condutas de todo o Ocidente capitalista está estruturado sobre este fenómeno que, emergente no final do século XIX, conheceu uma explosão e uma reconfiguração neo-arcaica com o avançar das políticas económicas neoliberais.

Em Itália, Silvio Berlusconi precisa, para sustentar a hipermodernidade da sua política, que passa pela televisão, o marketing e a publicidade, do racismo da Lega e do neofascismo autoritário da Alleanza Nazionale. Em França, o discurso de “ruptura”⁷⁹, de “reforma” e de “modernização” de Nicolas Sarkozy associa-se necessariamente a um ministério da Imigração e da identidade nacional, e à afirmação dos valores do “trabalho, da família e da pátria”.

Voltamos assim a um dos pontos de partida da nossa análise. O “social” já não constituirá apenas o plano a partir do qual se administra e controla a heterogeneidade da dimensão económica e da dimensão política, mas terá ainda a função de assegurar a integração dos diferentes dispositivos de poder pela exclusão e o ódio do outro, de que o imigrante é o símbolo.

Tratando-se da dimensão “hipermoderna”, Michel Foucault descreve a governamentalidade neoliberal como uma política que nos faz abandonar a “sociedade disciplinar”. Ela conduz-nos para lá das disciplinas, na medida em que incrementa políticas de governo das condutas que se exercem por meio de uma “optimização dos sistemas de diferenças”, ou seja, pela

79 Não se trata, de modo nenhum, de uma ruptura, mas de um coroar das políticas introduzidas 25 anos antes pelos socialistas e continuadas por todos os governos. A única novidade a destacar consiste no facto de que o Estado assume, sem nenhuma ambiguidade “republicana”, as duas vertentes da dinâmica neoliberal adoptando o programa de “hipermodernização” da “refundação social” e integrando todos os neo-arcaísmos cuja gestão partilhava, até aqui, com a extrema-direita. É importante sublinhar que a conformação completa do Estado aos princípios neoliberais dá-se no momento em que o seu emprego no governo da economia e da sociedade enfrenta as maiores dificuldades.

gestão diferencial de situação desiguais, rendimentos, estatutos, formação, etc., como vimos no caso dos intermitentes. Do ponto de vista da “modernidade”, o problema do governo “securitário” não é mais o da normalização da heterogeneidade, mas o da gestão das diferenças⁸⁰.

A otimização das disparidades é obtida por uma modulação dos direitos, das normas, dos regulamentos, que forma e favorece uma segmentação “flexível” da população. As divisões, as clivagens, as diferenciações, são “fractais”, mais que dualistas; passam pelo interior das antigas divisões de classes, como podemos ver com os fundos de pensão (uns têm acesso a esta forma de poupança, outros suportam-lhe as consequências) ou através do exemplo das “classes médias” fragmentadas e desclassificadas.

De um modo geral, podemos afirmar que, ao lado de uma gestão *hegemónica e dialéctica*, instala-se uma gestão *diferencial* do poder. Na sociedade disciplinar, a gestão do poder é hegemónica, no sentido em que se funda sobre a divisão entre o normal e o anormal, a inclusão e a exclusão, e sobre a hegemonia do primeiro sobre o segundo. Na sociedade neoliberal contemporânea, a gestão do poder não é hegemónica, mas diferencial, porque para ela o anormal, o excluído, o marginal, não são o outro ou o exterior, mas diferenças que é preciso governar nas suas relações, nas suas conjunções.

A sociedade securitária – cuja emergência Michel Foucault observa no fim dos anos 1970 – não precisa nem de obedecer a um “sistema disciplinar exaustivo”, nem de reclamar, partindo da divisão entre o normal e o anormal, uma “exigência indefinida de conformidade”. Pelo contrário, as sociedades de segurança

80 As feministas são, certamente, as leitoras mais criativas da obra de Foucault. Estranhamente, no entanto, reduzem sistematicamente o seu contributo à definição das sociedades disciplinares. Para Donna Haraway, ele “nomeia uma forma de poder no momento da sua implosão”, ideia partilhada por Rosi Braidotti, que redigiu a introdução italiana ao seu Manifeste Cyborg, assim como por Judith Butler; ao passo que Deleuze não se cansou de repetir que, para Foucault, as disciplinas eram aquilo que, justamente, estava a ser abandonado.

que Foucault vê levantarem-se “toleram toda uma série de comportamentos diferentes, variados, no limite desviantes, mesmo antagonistas entre uns e outros⁸¹”. Nas sociedades de segurança, o poder será “um poder mais hábil, mais subtil”, com uma margem de manobra para um “pluralismo tolerado”. As suas modalidades de governo exercem-se por meio de uma optimização das diferenças que deixará o terreno livre aos “processos oscilatórios, e existirá uma tolerância concedida aos indivíduos e às práticas minoritárias”. Os dispositivos de poder agirão no sentido de conter as diferenças, as minorias, os comportamentos desviantes, até antagonistas, “dentro de limites aceitáveis, mais do que para lhes impor uma lei que diz não⁸²”. À “segmentaridade dura” do capitalismo industrial, estruturando-se segundo a dicotomia do ou... ou... (as disjunções exclusivas entre o trabalho e o desemprego, o masculino e o feminino, o intelectual e o manual, o trabalho e o tempo livre, o heterossexual e o homossexual, etc.) que pré-condiciona a percepção, a afectividade e o pensamento, encerrando a experiência em formas já feitas, vem-se juntar uma segmentaridade mais “maleável” que parece multiplicar as possibilidades, as diferenças e os grupos sociais. Produção de dualismos e gestão das diferenças sobrepõem-se, combinam-se e mobilizam-se segundo as relações de forças, as estratégias e os objectivos de uma situação política que é, de cada vez, específica. Alain Badiou e Slavoj Žižek não descobriram nada de novo quando afirmam que a lógica das “minorias” (as mulheres, os homossexuais, os intermitentes, os árabes, etc.) adequa-se perfeitamente à lógica do Capital, visto que estas “diferenças” e estas “comunidades” podem muito bem constituir novos mercados de investimento para as empresas⁸³”.

81 Michel Foucault, « La sécurité et l'État », em *Dits et Écrits*, tomo II, OP. CIT., p.386.

82 *Ibid.*, p.46.

83 “A problemática molecular está intimamente relacionada – tanto ao nível da sua modelização repressiva quanto ao nível das suas potencialidades libertadoras – ao novo tipo de mercado internacional que se estabeleceu”

Não só, sugere Foucault, a organização capitalista da sociedade “tolera” territórios subjectivos que escapam à sua influência, como “ela aplicou-se a produzir as suas próprias margens” e “muniu, de novos territórios subjectivos, os indivíduos, as famílias, os grupos sociais, as minorias”. Se a lógica capitalista multiplica as formas de intervenção fazendo surgir, por todos os lados, “ministérios da Cultura, ministérios das mulheres, dos Negros, dos loucos, etc., é para encorajar formas de cultura específicas e particularizadas, a fim de que as pessoas se sintam, de algum modo, numa espécie de território e não se julguem perdidas num mundo abstracto⁸⁴”.

Mas convém aqui não confundir tudo, particularmente o que define a diferença entre as minorias enquanto “estados”, “comunidades”, cujos contornos identitários configuram efectivamente novos nichos de mercado, e a política minoritária, os “devires minoritários” que são uma coisa totalmente diferente. O operário como sujeito revolucionário, portador do universal, pelo qual Badiou e Žižek pensam ultrapassar a questão das minorias, uma vez bloqueado o seu “dever revolucionário” (minoritário), foi aliás, bem antes das “minorias”, o primeiro grande mercado do consumo de massas.

A “diversidade étnica” pode ser considerada, em muitos aspectos, como uma das matrizes das novas formas de governo das condutas e das novas formas de acumulação. A “ortodoxia do poder é multicultural⁸⁵”, afirma o historiador Michel Certeau, antecipando assim os sucessos que o multiculturalismo conhecerá nos anos 1980 e 1990 dos dois lados do Atlântico: “a sociedade dominante trata a diversidade enquanto tal segundo métodos que tornam todo o acesso às diferenças perfeitamente indiferente, que as desligam do sentido fechado que lhes confere a ligação a uma colectividade particular, e que nivelam assim as

(Félix Guattari e Suely Rolnik, *Micropolitiques*, Les Empêcheurs de penser en rond, Paris, 2006, p.174)..

84 *Ibid.*, p.29.

85 Michel de Certeau, *La Culture au pluriel*, Seuil, Paris, 1983.

heteronomias étnicas submetendo-as ao código geral da difusão individualizada⁸⁶?. O governo da sociedade pela optimização das desigualdades e a gestão diferencial das minorias é, para Michel Certeau, um “monismo híbrido” (cuja definição faz eco ao “pluralismo tolerado” de Foucault) que “transforma, *rewrite*, homogeneiza, totaliza conteúdos tornados maleáveis dentro de um quadriculado endurecido”.

O quadriculado não é o do encarceramento disciplinar, mas o da circulação das diferenças cuja singularidade se neutralizou no espaço aberto das sociedades de segurança.

DA GOVERNO DAS ALMAS AO GOVERNO POLÍTICO DOS HOMENS

Os dispositivos disciplinares e os dispositivos de segurança que observamos em acção na «reforma» do mercado de trabalho dos intermitentes constituem uma nova e original forma de poder.

No mercado de trabalho operam diferentes dispositivos e exercem-se relações de poder heterogéneas. Juntamente com as leis gerais e universais, publicadas pelo parlamento, e que definem, por exemplo, a extensão legal do período de trabalho, juntamente com regras e normas negociadas pelos parceiros sociais – associações de patrões e sindicatos de trabalhadores – que podem dizer respeito a acordos específicos na empresa ou às modalidades de financiamento e de indemnização do desemprego pelos Assedic, há um «arquipélago» de relações de poder efectivo, real, que não são nem globais, nem gerais, mas locais, moleculares, singulares.

O acompanhamento individual dos desempregados, as técnicas de inserção dos beneficiários do RMI, o management da empresa, o coaching dos assalariados como dos «sem emprego», a formação contínua generalizada, os dispositivos de acesso ao crédito e de pagamento da dívida, etc., instauram processos de sujeição que diferem da submissão a uma lei, a um contrato, a

86 Ibid..

uma instituição democrática.

Estas técnicas de diferenciação, de individualização, de sujeição molecular, planeadas ou prefiguradas por o que Michel Foucault chama de «poder pastoral», foram inflectidas, modificadas, enriquecidas e aumentadas primeiro pela «polícia» da razão de Estado nos sécs. XVI e XVII, depois pelo Estado-providência (cujo nome lembra a origem religiosa) no fim do séc. XIX e princípios do séc. XX transformando desta maneira a técnica de «governo das almas» em técnicas de «governo político dos homens». Esta genealogia permite-nos determinar a natureza molecular dos efeitos do poder da governamentalidade liberal.

O cristianismo, a única religião organizada em Igreja, «deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de encaminhar, de guiar, de vigiar, de manipular os homens, uma arte de os seguir e de os impelir passo a passo, uma arte que permite cuidar dos homens, colectivamente e individualmente, ao longo de toda a sua vida e a cada passo da sua existência⁸⁷.»

Esta arte de governar é, por assim dizer, completamente desconhecida para a filosofia política e para as teorias do direito. A forma de poder «mais estranha e mais característica do Ocidente, e também a que conheceria o maior e mais durável sucesso», esta forma de poder «tão única em toda a história das civilizações⁸⁸», ao contrário da maior parte dos modelos políticos modernos e contemporâneos, não está de nenhum modo relacionada à tradição política grega e romana⁸⁹.

O poder pastoral e os seus avatares modernos não devem ser confundidos com os processos utilizados para submeter os homens a uma lei, a um soberano ou a instituições democráticas. Governar, diz Michel Foucault, não é o mesmo que «reinar»,

87 Michel Foucault, *Sécurité, territoire, population*, op. cit., p. 168

88 *Ibid.*, p. 134

89 Michel Foucault ficaria duplamente espantado com a leitura do seu conceito de biopoder efectuada por Giorgio Agamben. Primeiro porque fez da sua teoria do poder uma metafísica, e segundo porque procurou a sua genealogia na tradição política romana. O que Foucault exclui categoricamente.

não é a mesma coisa que «comandar», não é a mesma coisa que «ditar a lei». Todas as teorias e práticas da soberania (do rei, do príncipe, do povo), as teorias e práticas do *arkhè*, isto é, a organização política fundada sobre a questão de saber quem deve comandar e quem deve obedecer (na base da análise do político de Hanna Arendt e Jacques Rancière), todas as teorias e práticas jurídico-democráticas, sem esquecer uma grande parte das correntes marxistas, negligenciam os procedimentos do governo das condutas, quando eles constituem o essencial das relações do poder no capitalismo, mais particularmente no capitalismo contemporâneo.

Michel Foucault enumera as características deste poder «micro», sublinhando para cada uma delas o que as distingue das práticas e das teorias modernas e antigas do poder «macro». O poder pastoral estabelece entre os homens uma série de relações complexas, contínuas e paradoxais que não são políticas no sentido em que as instituições democráticas, a filosofia política e a quase totalidade das teorias revolucionárias e críticas o entendem. O poder pastoral é «uma estranha tecnologia de poder que permite que uma mão cheia de pastores dirija a imensa maioria dos homens como um rebanho⁹⁰».

O poder pastoral não se exerce então, ao modo da soberania, sobre um território (cidade, reino, principado, república), mas sobre uma «multiplicidade em movimento» (rebanho, para as práticas religiosas da Igreja, e «população», para a governamentalidade)⁹¹. Em vez de atingir os indivíduos como

90 Michel Foucault, «Omnes et singulatim», in *Dits et Écrits*, tome II, op. cit., p. 958.

91 O espaço no qual se exerce o poder pastoral não é da mesma natureza que aquele no qual se exercem a soberania e as disciplinas. Se a soberania «capitaliza um território» e se a disciplina se exerce em espaço fechado por uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, o poder pastoral exerce-se sobre uma multiplicidade em movimento e sobre o seu «meio». O poder pastoral, que se metamorfoseou de um governo de almas num governo político de homens, vai «procurar compor um meio em função de acontecimentos ou séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, série que vai ser necessário

sujeitos de direito «capazes de acção voluntária», capazes de transferir direitos e de delegar o seu poder a representantes, capazes de assumir as magistraturas da *polis*, o poder pastoral visa os «sujeitos vivos», os seus comportamentos quotidianos, a sua subjectividade e a sua consciência.

O pastor, faz notar Foucault, não é, fundamentalmente, nem um juiz, nem um magistrado, nem um cidadão, mas um *médico*. O poder pastoral é um poder «benfazejo», trata ao mesmo tempo do rebanho e da ovelha do rebanho, cuidando delas uma a uma. Enquanto a soberania (ou a lei) se exerce de maneira colectiva, o poder pastoral exerce-se então de maneira «distributiva» (a sua acção desenvolve-se «de indivíduo a indivíduo», lentamente, comunica-se por singularidades). Preocupa-se com cada alma, cada situação e a sua particularidade, em vez de visar a unidade superior formada pelo todo.

A sua acção é local e infinitesimal, mais que global e geral⁹². O poder pastoral, como os seus herdeiros, que são a «polícia»[□] da razão de Estado e do Estado-providência, ocupa-se dos detalhes, intervém no infinitesimal, no molecular de uma situação e de uma subjectividade. É um poder contínuo e permanente. Não se exerce por intermitência como o poder fundado nos direitos, a soberania ou a cidadania (transferência de direitos por contrato, delegação de poder pelo voto, exercício das magistraturas, etc.), mas ao longo de todo o dia, ao longo de toda a vida.

O poder pastoral é individualizante. As técnicas de

regularizar dentro de uma moldura polivalente e transformável». O «espaço próprio» a este tipo de poder reenvia portanto ao «temporal e ao aleatório» (Michel Foucault, *Securité, territoire, population*, op. cit., p. 22)

92 O governo político dos homens não visa antes de tudo o «bem comum». Já no séc. XIX, o governo era definido como uma maneira de dispor e conduzir os homens e as coisas não a um «bem comum» (reino, cidade, republica, democracia) mas a «fins convenientes». Isto subentende que se persegue uma pluralidade de fins particulares (produzir o máximo de riqueza possível, multiplicar a população, etc.), cuja convergência, a coordenação e a síntese são problemáticas.

individualização pastoral não passam por estatutos adquiridos do nascimento ou da riqueza, mas por uma «economia subtil» que combina os méritos e os deméritos, as suas trajectórias e os seus circuitos⁹³. Esta economia das almas instaura uma dependência integral, uma relação de submissão e de obediência absoluta e incondicional, não à lei ou a princípios «razoáveis», mas à vontade de um outro indivíduo. «Obedecer porque é absurdo» é a divisa da submissão cristã, de que as regras da vida monástica constituem a expressão acabada, enquanto o cidadão grego só se deixa dirigir pela lei e pela retórica dos homens, de maneira que, segundo Michel Foucault, «a categoria geral de obediência» não existe nos Gregos.

O pastor é também um médico da alma, que ensina os modos da existência. O pastor não se deve limitar a ensinar a verdade, mas deve também e sobretudo dirigir as consciências, por uma acção «não global, não geral», mas específica e singular. São Gregório enumera assim até trinta e seis maneiras diferentes de ensinar segundo os indivíduos a quem se dirige (ricos, pobres, casados, doentes, alegres ou tristes, etc.). O ensino não passa pela enunciação de princípios gerais, mas por «uma observação, uma vigilância, uma direcção exercida a cada instante e da maneira menos descontinua possível, sobre a conduta». O saber pastoral produz assim «um saber perpétuo, que será o saber do comportamento das pessoas e da sua conduta⁹⁴».

As técnicas do testemunho, do exame de consciência, da confissão, etc., constituem outros tantos instrumentos de investigação e de exame da relação a si, e das relações com os outros, que permitem agir sobre os afectos e a sensibilidade de cada subjectividade. O pastor deve «dar conta de todos os actos de cada uma das ovelhas, de tudo o que pôde acontecer a cada

93 O pastor gera continuamente esta economia dos méritos «que inclui uma análise em elementos pontuais, mecanismos de transferência, procedimentos de inversão, efeitos de expressão de elementos contrários» entre o pastor e o fiel. (*ibid.*, p.176).

94 *Ibid.*, p. 184.

uma delas, de tudo o que elas puderam fazer a cada momento de bem ou de mal⁹⁵».

A direcção de consciência do poder pastoral não tem como finalidade o domínio de si, a autonomia e a liberdade (da dependência das paixões) como na sociedade antiga, mas, ao contrário, a renúncia a toda a vontade própria, a submissão, a neutralização de toda a actividade individual, pessoal e egoísta.

O poder pastoral também não é um poder que instaure e constitua a comunidade dos iguais, dos pares, regida pelos princípios da igualdade e da liberdade. Ele não favorece nem exalta a acção do cidadão segundo as modalidades da tradição republicana e democrática, favorece antes um sistema de dependências recíprocas e generalizadas. As técnicas do poder pastoral visam a fabricação de um sujeito que é «sujeito» a redes que implicam a servidão geral de todos para com todos.

A assimilação e a transformação destas técnicas de individualização pela polícia da razão de Estado nos sécs. XVI e XVII não mudou, no fundamental, a sua natureza. A polícia assegura todo «um conjunto de controlos, de decisões, de estrangimentos que recaem directamente sobre os homens, não enquanto possuem um estatuto, não enquanto representam qualquer coisa dentro da ordem instituída, na hierarquia e na estrutura social, mas na medida em que fazem qualquer coisa, são capazes de o fazer, e se comprometem em fazê-lo ao longo de toda a vida⁹⁶».

A economia dos *méritos* e *deméritos*, a direcção das condutas na vida quotidiana, a sujeição, são ainda hoje o motor das práticas e discursos que visam individualizar, controlar, regular, ordenar os comportamentos dos governados no trabalho, na formação, no desemprego, na saúde, no consumo, na comunicação, etc.

As técnicas de *management* que, da empresa, se estendem à «segurança social» (regulação individualizante dos «desempregados, dos que recebem o RMI, dos pobres») e à

95 *Ibid.*, p. 173.

96 *Ibid.*, p. 329.

sociedade em geral (a escola, o hospital, a comunicação, o consumo) continuam a inspirar-se nestas práticas moleculares de distribuição de méritos e deméritos, da produção da dependência e da sujeição, mesmo quando a dependência e a sujeição se fazem, como no caso do «empresário de si mesmo», pela activação e mobilização da iniciativa e da liberdade – ou poder de agir – do indivíduo.

O poder pastoral não se exerce na luz, na transparência e na visibilidade do espaço público, mas na opacidade da relação «micro» (de indivíduo a indivíduo, da instituição ao indivíduo), no sombrio quotidiano da fábrica, da escola, do hospital, dos serviços sociais. **É este modelo molecular das relações de poder, criando divisões e hierarquias fractais e múltiplas, mais subtis e mais móveis do que as das oligarquias tradicionais da riqueza e do nascimento, que conhecerá uma extensão contínua e um crescimento exponencial no capitalismo.**

O ARQUIPÉLAGO DAS RELAÇÕES DE PODER E A DEFINIÇÃO DO POLÍTICO

A transformação do poder pastoral em governo político dos homens não substitui a soberania e as disciplinas. Pelo contrário, torna mais agudo o problema da soberania, pois o governo dos homens introduz outros sujeitos para além dos sujeitos de direito. O governo dos homens também não substitui as disciplinas, porque utiliza-as para individualizar a população e para intervir, em profundidade e subtileza, na sua massa, apoiando-se nos detalhes e no infinitesimal de cada situação e cada subjectividade. É uma forma de poder que não se exerce contra a lei, contra as instituições democráticas ou contra a soberania. Movendo-se furtivamente, constitui sob essas relações globais uma economia e uma série de técnicas micropolíticas que passam através das malhas dos códigos (do trabalho e da Segurança social, etc.) e das leis, e que as fazem evoluir. Uma relação problemática (mas também frequentemente muito eficaz, como vimos com a

reforma) estabelece-se então, desde o início do capitalismo, entre macropolítica e micropolítica, entre as técnicas governamentais e a lógica colectiva, geral, global, da soberania, do direito, das instituições democráticas.

O poder exerce-se no cruzamento de lógicas heterogéneas: a da totalização e a da individualização, a da acção colectiva e a da acção distributiva, a dos dualismos de poder e a dos diferenciais de poder, a da centralização e a da descentralização.

O capitalismo desenvolve, desde o começo, uma outra forma de poder para além da soberania, do direito, das instituições democráticas, um poder que continuamente se refaz, um poder em acto. Ao lado e por baixo das leis e das instituições democráticas, ao lado e por baixo das constituições, age um poder constituinte que não reúne nas assembleias deliberativas, que se exerce de maneira difusa e quotidiana, que constrói, desmonta, fende, passa através das relações globais e das hierarquias gerais, transformando-as e confirmando-as.

A análise do poder pastoral e da sociedade capitalista como arquipélago de relações de poder heterogéneas introduz modificações na definição do “político” e nas modalidades de luta e de resistência.

À singularidade das técnicas de exercício do pastorado corresponde na realidade a especificidade das recusas, das revoltas, das resistências que se exprimem na vontade de não se deixar governar ou de governar-se a si mesmo. O que não significa, sublinha Foucault, que tenha existido, primeiro, o pastorado e depois os movimentos de resistência, de revolta, de contra-conduta. A microfísica do poder e a micropolítica abrem novas dimensões à acção política, introduzindo uma multiplicidade de práticas que a tradição clássica da filosofia política e a quase totalidade das teorias revolucionárias e críticas definem como não políticas.

Toda a originalidade de Michel Foucault, por um lado, ou de Gilles Deleuze e Félix Guattari, por outro, foi justamente, não apenas analisar o poder como uma multiplicidade de dispositivos e relações de poder, mas também afirmar a multiplicidade das

modalidades de resistência, dos revoltados, e a multiplicidade dos modos de subjectivação. Numa mesma luta intervêm e agem diferentes formas de resistência: resistência ao poder enquanto exercício de uma soberania política, resistência ao poder enquanto exploração económica, resistência ao poder enquanto governo do corpo e das almas (enquanto direcção das condutas e das consciências).

Se estas modalidades heterogéneas de resistência se manifestam sempre em conjunto numa revolta ou numa sequência revolucionária, elas guardam no entanto a sua singularidade e a sua especificidade. Em cada revolta, em cada sequência revolucionária, verifica-se que uma dessas formas de resistência e de subjectivação prevalece sobre as outras. No séc. XIX, o que prevalecia geralmente, no interior das lutas conduzidas pelo movimento operário, era a reivindicação dos direitos políticos e do sufrágio universal. Com o movimento comunista, no início do séc. XX, foi a questão da soberania (tomada do poder) que prevaleceu sobre as outras. Com a “estranha revolução” de 68, é a resistência ao poder pastoral moderno, a recusa do governo dos corpos e das almas, que parece prevalecer. Nem a reivindicação dos direitos políticos, nem o combate pela soberania (tomada de poder), nem a revolta contra a exploração económica constituem a preocupação principal dos movimentos de 68, ainda que todos esses elementos de revolta e de resistência estejam presentes: o que se distingue, o que prevalece é a luta contra todas as formas de se deixar conduzir na escola, na fábrica, nas relações consigo e com os outros (o poder dos homens sobre as mulheres, dos professores sobre os alunos, dos pais sobre os filhos, dos empregadores sobre os empregados, dos médicos sobre os doentes, da administração sobre os modos de viver, etc.). Foi ainda a revolta contra a submissão da subjectividade face ao governo e ao “management da vida” (a moderna direcção das consciências pela comunicação e pelo consumo) que esteve no coração de 68. As lutas para não se deixar governar e para se governar a si-mesmo parecem assim características dos comportamentos de recusa contemporâneos.

A tradição marxista mantém uma relação paradoxal com a forma moderna do poder pastoral. Por um lado, opondo-se à separação do político e do social, apreende ao lado das relações jurídicas, sob o funcionamento das instituições democráticas (e dos princípios de liberdade e igualdade), outras relações de poder que se exprimem na fábrica⁹⁷ e na direcção da economia. Mas por outro lado, a descoberta de relações de poder heterogéneas à definição clássica do político está limitada ao trabalho industrial e bloqueada pela focalização exclusiva sobre este. A tradição marxista pensa poder conter (e reduzir) a microfísica do poder, e as contra-condutas que este controla e suscita, na economia e na produção. A sua definição do político e do sujeito político provém daí. Não existirá então mais que uma única boa relação de poder estratégico (as relações de produção) e um único bom sujeito político revolucionário (a classe operária).

Entre 1750 e 1810-20, observa Michel Foucault, o conceito de economia política foi entendido pelo menos de duas maneiras. Tanto se visava através dessa expressão “uma certa análise estrita e limitada da produção e da circulação de riquezas”, como “uma espécie de reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes na sociedade⁹⁸”. O marxismo não seguiu esta segunda pista (poderes - no plural - e sociedade) e fechou-se, como a ciência económica, na primeira. A heterogeneidade das relações de poder da economia política na relação à soberania e à lógica das instituições democráticas é interpretada dentro de um quadro teórico que faz das primeiras a base material da soberania e da democracia. A economia é o fundamento do direito e da representação política, enquanto que, se seguirmos Michel Foucault, trata-se de dispositivos de poder heterogéneos que actuam sobre um mesmo plano segundo lógicas heterogéneas. A relação do marxismo com o poder pastoral moderno surge

97 Michel Foucault inspira-se mesmo, para a sua teoria das disciplinas e para descrever o exercício microfísico desses poderes, na análise marxista da fábrica.

98 *Naissance de la biopolitique*, op. cit., p. 15.

assim paradoxal: ele é ao mesmo tempo reconhecido, mutilado e neutralizado na economia política.

Importa ainda clarificar um ponto. A microfísica de Michel Foucault e a micropolítica de Deleuze e Guattari não têm nada a ver com a palavra de ordem “*small is beautiful*”, ou com a valorização ou exaltação da marginalidade. Por um lado, elas remetem às relações de poder especificamente capitalistas, e à relação que estas mantêm com a soberania, as instituições democráticas, o Estado. Por outro lado, obrigam-nos a problematizar os modelos de lutas políticas que herdámos do movimento operário. **A questão política que a luta dos intermitentes nos pode ajudar a explicar é a seguinte: como combinar as lutas pelos direitos, as lutas sobre o terreno da representação política e da soberania e as lutas económicas, com as lutas para não se deixar governar e para se governar a si-mesmo?**

A PRODUÇÃO E O CONTROLE DE UM NOVO TIPO DE “DESEMPREGADO”

Mobilizámos a abordagem micropolítica de Michel Foucault e de Deleuze-Guattari para analisar categorias “económicas” tais como “trabalho”, “emprego”, “desemprego”, e os efeitos de poder que estas exercem sobre a subjectividade. A nossa compreensão da economia e das suas categorias encontra-se assim reconfigurada dentro de um quadro teórico e político novo.

O desemprego, o emprego, o trabalho não são realidades “naturais” que têm uma existência objectiva, uma existência económica em si, que seriam anteriores às instituições e às técnicas “pastorais” que se propõem governá-los. **Desemprego, trabalho e emprego são o resultado de uma construção que se opera no cruzamento de dispositivos que enunciam a lei, a norma, a opinião, as categorias, os saberes, e outros dispositivos e técnicas de individualização que gerem e controlam as condutas e os comportamentos dos governados.**

A distinção deleuziana e foucauldiana entre “formações discursivas” e “formações não discursivas”⁹⁹ pode-nos ajudar a desenhar uma cartografia dos dispositivos de produção e de governo que o conflito fez emergir. Podemos assim distinguir os dispositivos de poder com os quais as lutas dos intermitentes se confrontaram, segundo o seu objecto. Os dispositivos ou práticas não discursivas intervêm sobre o que se *faz* (as acções possíveis ou prováveis), e os dispositivos ou práticas discursivas intervêm sobre o que se *diz* (os enunciados possíveis ou prováveis).

Por “práticas não discursivas” ou “formações não discursivas”, entendemos os dispositivos (a ANPE¹⁰⁰ - gerida pelo Estado e suas administrações - a Unedic e os Assedic - geridos pelos sindicatos dos empresários e dos trabalhadores) que inscrevem, registam, controlam, convocam, distribuem os subsídios, decidem das exclusões e das sanções, organizam o acompanhamento (entrevistas, dossiers, formações) dos desempregados. Intervindo sobre os montantes dos subsídios, a duração do período de indemnização, as condições de acesso à indemnização, os controlos, as exclusões, os processos de acompanhamento, etc., estes dispositivos intervêm sobre as acções possíveis ou prováveis dos beneficiários (identificando o tempo sem emprego ao tempo da procura de um emprego, incitando à formação segundo as necessidades do mercado e do “capital humano”, etc.). Estas práticas não discursivas visam governar os “desempregados” segundo duas lógicas diferentes: como “sujeitos de direito” e como “indivíduos vivos”, como “cidadãos” e como “governados”.

O subsídio de desemprego é um dos dispositivos do Estado-providência onde se joga o ajustamento entre o poder político exercido sobre sujeitos civis (que têm direitos) e o poder “pastoral” que se exerce sobre indivíduos vivos, sobre subjectividades concretas, singulares (que têm uma idade, competências, um

99 Ver Gilles Deleuze, *Foucault*, Éditions de Minuit, Paris, 1986..

100 *Agence nationale pour l'emploi*. (N. do T.)

sexo, modos de fazer, de pensar, de se comportar, etc.)¹⁰¹.

Por “formações discursivas” ou “práticas discursivas”, entendemos um conjunto de dispositivos de enunciação heterogêneos. Os mecanismos de enunciação e as suas funções são de naturezas muito diferentes: o Parlamento enuncia leis (neste caso, as leis relativas ao direito do trabalho e ao direito da segurança social), a Unedic enuncia normas, as ANPE e os Assedic regulamentos, as universidades produzem enunciados e classificações científicas, os media as opiniões, os peritos emitem os seus pareceres técnicos. “Desemprego”, “trabalho”, “emprego”, enquanto categorias, opiniões, juízos, materializam-se no cruzamento destes diferentes regimes de enunciação. Os enunciados e as enunciações agem sobre uma multiplicidade de públicos (cidadãos, media, universitários, políticos nacionais e locais, categorias sócio-profissionais, etc.) utilizando diferentes técnicas de produção de sentido e de comunicação, segundo uma lógica de gestão diferencial dos públicos e de constituição da opinião.

No cruzamento das práticas discursivas e das práticas não discursivas, podemos descrever o desemprego, o emprego e o trabalho como “efeitos globais”, “efeitos de massa” desta multidão de processos e de dispositivos discursivos e não discursivos (económicos, políticos, sociais, de produção de enunciados e de produção de saberes) apoiando-se uns nos outros.

A “economia” é um conjunto de actividades reguladas, ao mesmo tempo, pelas diferentes técnicas e procedimentos corporais que se exercem sobre a acção possível ou provável dos governados e pelos diferentes dispositivos semióticos que se exercem sobre a enunciação e os enunciados possíveis ou prováveis dos governados. Não existe assim uma realidade propriamente e simplesmente económica do capitalismo, ou do capital, que a lei, as normas, as técnicas “pastorais” e os dispositivos de enunciação deveriam posteriormente regular e representar. **O capital não**

101 Ver Michel Foucault, *Dits et Écrits*, tomo II, op. cit., p. 963

tem uma lógica própria, leis autónomas e independentes que se trataria de limitar, de controlar através dos direitos, da opinião, dos saberes, das técnicas de sujeição. O capital precisa de ser constantemente instituído.

O capitalismo tem existência histórica a partir do momento em que um quadro institucional, regras positivas (legais e extra-legais - como as técnicas de individualização pastoral) e “interesses desinteressados” (o “social”) constituem as suas condições de possibilidade. O processo económico e o quadro institucional, escreve Michel Foucault, “apelaram um ao outro, apoiaram-se um no outro, modificaram-se um no outro, modelaram-se numa reciprocidade incessante¹⁰²”.

A governamentalidade opera a composição e a integração desta multiplicidade de processos utilizando ora um dispositivo, ora outro, apoiando-se num procedimento ou noutro, solicitando tecnologias corporais ou tecnologias discursivas. Mas o governo é também e em primeiro lugar uma relação estratégica entre *governantes* e *governados*, na qual os primeiros procuram determinar as condutas dos segundos, e na qual estes últimos desenvolvem práticas para “não serem governados”, para serem governados o menos possível, para serem governados de outra maneira, segundo outros procedimentos, segundo outros princípios, segundo outras tecnologias e outros saberes, ou ainda para se governarem a eles-mesmos. A estas estratégias de resistência e de criação, Foucault chama “contra-condutas”: elas suscitam processos de subjectivação “autónomos e independentes”, possibilidades de constituição de si.

As contra-condutas (e os processos de subjectivação) que podemos observar nas lutas dos intermitentes são tão múltiplas e diferenciadas como os dispositivos de poder que procuram controlá-las. Expressam-se de modos diferentes (ao nível molecular pela fuga, o desvio, o jogo, e ao nível molar pela tentativa de inverter a situação de dominação, pelo confronto directo e aberto com os dispositivos de poder, etc.) sem que

102 Michel Foucault, *Naissance de la biopolitique*, op. cit., p. 169.

umas entrem em contradição com as outras. Podem exprimir ao mesmo tempo atitudes defensivas ou ofensivas, e podem agir simultaneamente segundo uma lógica de resistência e segundo uma lógica de experimentação política.

Desemprego, emprego e trabalho não aparecem então apenas no cruzamento dos dispositivos de controlo e incitação e dos mecanismos de enunciação, aparecem também no cruzamento de estratégias diferentes relativas ao governo das condutas e à recusa de se deixar dirigir, ou desejo de se governar a si-mesmo, tanto ao nível molecular como ao nível molar. Este primeiro esboço da cartografia dos dispositivos de poder oferece apenas uma visão de conjunto sobre os domínios onde se exercem, utilizando diferentes tecnologias, variadas formas e estratégias de governo. Apresenta-nos também uma cartografia dos terrenos de possíveis confrontos.

